



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Serviço Social – SER

**O poder na prática do Assistente Social: a literatura
brasileira de Serviço Social na década de 80.**

Alba Tereza Sousa de Macêdo

Orientadora: Patrícia Cristina Pinheiro de Almeida

Brasília, outubro de 2012

ALBA TEREZA SOUSA DE MACÊDO

**O poder na prática do Assistente Social: a literatura brasileira de Serviço Social na
década de 80.**

Trabalho apresentado ao Departamento de Serviço Social -SER da
Universidade de Brasília – UnB
Como exigência para aprovação na disciplina de TCC (Trabalho de
Conclusão de Curso).

Brasília, outubro de 2012

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. MS. Patrícia Cristina Pinheiro de Almeida(SER/UnB)
(Orientadora)

Prof. Dr. Vicente de Paula Faleiros(UCB)
(Membro Externo do SER/UnB)

Prof^a. Dr^a Ângela Vieira Neves (SER/UnB)
(Membro Interno ao SER/UnB)

Dedico a meus pais, Teresinha e Pádua, a meus irmãos e a todos aqueles que conseguiram e conseguem resistir aos dias que seguem exaustivamente.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a força investida todos os dias e momentos em cada pedaço desse trabalho por minha determinação e esforço, pois sem força de vontade eu jamais continuaria a acordar dia após dia para concluí-lo, sem persistência eu teria desistido do projeto que para tantos era “criativo demais”, “impossível”, “irrelevante”, sem vontade própria eu ainda estaria em algum canto falando de qualquer assunto que não me inflasse de entusiasmo.

À minha mãe Teresinha Sousa pela dedicação, paciência e cuidados que ela teve todos esses anos comigo, especialmente quando mudou de cidade para me acompanhar nos estudos, meu pai Antônio de Pádua, que mesmo com a enorme distância entre Brasília-Teresina sempre esteve comigo de uma maneira ou de outra, meus irmãos França, Bethânia, Jefferson e Mauro pelo amor, assim como à minha cunhada Luana.

Ao meu companheiro, amigo, amado Lucas, pelo colo, amor, paciência, sorrisos, abraços e palavras confortantes, por me ajudar a suportar os bons e os maus dias e me ensinar a arte da felicidade.

Agradeço a todos aqueles que me suportaram e apoiaram durante momentos de desespero e alegria a cada parágrafo, Marina, Diego André, Pamela, Izis, Kaline, Celso, Camila, minha companheira de biblioteca Lina.

À minha orientadora, Patricia Pinheiro, por ter aberto a porta que todos me fecharam, por ter me permitido ir em frente, mesmo com tanta gente pondo à prova minha capacidade e até mesmo minha sanidade quando decidi Foucaultear no terreno menos Foucaultiano possível.

À Vicente Faleiros, pela atenção, paciência e prestatividade.

Em especial agradeço, agradeço e agradeço, mesmo sabendo que ele odiará o agradecimento, à T.R.A., pois sem ele eu não conseguiria de maneira alguma ter uma estrutura para esse trabalho, te agradeço por ter sangrado, suado e sofrido comigo naqueles dias em Teresina, por ter me ensinado, guiado, suportado e por não desistir sequer por um segundo da força na sua jovem padawan.

À Foucault por ter proporcionado a mim e a toda humanidade esses deliciosos – e difíceis – textos, pois é como Roberto Freire diz: “Sem tesão, não há solução!”.

*“ainda não conseguiram destruir o mar
não foram capazes de estrangulá-lo com fios elétricos e rodovias
nem de o retalhar com cercas
ou de lotear as manchas do seu dorso
o mar ainda existe
presente na consciência dos amantes
nas madrugadas de suor cúmplice estampado nos lençóis
para podermos ver o mar
para penetrar aos poucos nesses refúgios mornos
cavernas do primitivo sonho
útero de filamentos luminosos
é preciso nos desnudarmos totalmente
e sabermos nos reconhecer
pelo toque da pele
como algo que termina e recomeça
dois poemas entrelaçados
mordendo-se como a serpente mítica[...]*

(Claudio Willer)

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar à luz de Michel Foucault, a categoria “poder” na prática profissional do assistente social dentro da literatura de serviço social brasileiro da década de 80. A profissão de assistente social carrega desde as suas protoformas um estigma controlador e disciplinador das massas, contendo as insatisfações da mesma através de práticas assistencialistas e clientelistas. O advento do Movimento de Reconceituação da profissão a partir da década de 60 na América Latina transformou o modo de atuar e pensar, adotando uma perspectiva crítica para a mesma, mas o estigma controlador ainda adentra os anos que se seguem. A pesquisa, de base documental e caráter qualitativo, pôde esmiuçar nos textos analisados, através dos eixos de dominação e resistência, os sutis mecanismos de dominação ainda presentes na profissão, bem como as resistências a esse mesmo processo de controle social e formação de corpos dóceis. Verificou-se uma série de pontos a serem aperfeiçoados e desenvolvidos na busca de uma estratégia de comprometimento com uma prática qualificada e estruturada em benefício dos usuários e incentivo às resistências sociais seja dentro da profissão ou nas camadas populares.

Palavras-chave: Poder; Literatura; Serviço Social; Prática Profissional;

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Abordagem Teórico Metodológica.....	13
Capítulo 1.0 –Disciplina e poder.....	16
1.1. Poder disciplinar.....	17
1.2. “Poder” ou “poder”	22
Capítulo 2.0 –Sociedade brasileira e Serviço Social nas esferas de controle.....	25
2.1.A Sociedade Brasileira no início do século XX.....	25
2.2.O Surgimento do Serviço Social Brasileiro.....	28
Capítulo 3.0 – O poder na prática do Assistente Social: a literatura brasileira de Serviço Social na década de 80.....	38
3.1.As funções sócio-institucionais do serviço social - Weisshaupt.....	39
3.2. Saber Profissional e Poder Institucional –Faleiros.....	46
3.3. Relações Sociais e Serviço Social do Brasil – Carvalho & Iamamoto.....	52
Considerações Finais.....	57
Referências Bibliográficas	61
Anexos.....	64

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada se propôs a analisar o poder na prática do Assistente Social na literatura brasileira de serviço social da década de 80 através do referencial teórico de Foucault, a fim de disponibilizar uma forma de análise que parte da esfera mais extrema das relações para a mais geral, ou seja, uma análise ascendente, possibilitando um enfoque maior nas relações cotidianas do assistente social, o intuito foi de ampliar a abrangência teórica de análise da profissão; para melhor compreensão da categoria dentro da literatura, estruturaram-se dois eixos para análise dos discursos apresentados, o eixo de dominação e o eixo de resistência, a intenção foi perceber e analisar o que os autores relataram sobre a prática do serviço social nas relações mais cotidianas do mesmo, focando-se propositalmente na relação assistente social/usuário, e orientar assim os discursos na direção de um dos dois eixos. No eixo de dominação foram alocados os discursos onde o assistente social reproduz e legitima ações que se encaixem dentro de uma estrutura de dominação, de sobreposição dos interesses dos usuários pelos de uma estratégia de contenção das massas, já no eixo de resistência ficaram localizados os discursos que lutassem contra essa dominação, resistissem às relações de poder dominadoras dentro da ação do assistente social.

Segundo Iamamoto, o Serviço Social é “um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas” (IAMAMOTO Apud NETTO, 2009, p. 295).

O serviço social, por vezes inspirado pela perspectiva do funcionalismo (como mecanismo de ajustamento social) e as políticas estatais, a profissão de Serviço Social ainda é alvo de investimentos de poder que contribuem para uma canalização e contenção de seu potencial na sociedade, investimentos esses que se redimensionam de acordo com a própria dinâmica social, perpassando espaços e tempos, alojando-se nos corpos através de concepções – modos de ser, pensar e agir - que nos chegam por meio do discurso. Um antigo problema, uma questão ainda presente, que torna indispensável uma abordagem não somente da opressão exercida pelos setores dominantes, mas também dos meios ou instrumentos que possibilitam a opressão, já que se trata de abordagem que concebe o Serviço Social como profissão que se modifica juntamente com as demandas e necessidades históricas, ou seja, com as transformações que ocorrem nas sociedades ao longo do tempo, como, por exemplo, as mutações ocorridas na forma de disciplinar os indivíduos, já que não se trata mais de um procedimento integralmente jurídico onde se elabora leis para mostrar que o soberano não governa de

forma livre, legitimando assim seu governo (FOUCAULT, 2011b), se trata agora de fazer investimentos nos corpos dos indivíduos, em todas as etapas de sua vida, cerceá-lo e disciplina-lo, forja-lo, torna-lo dócil dentro dos requisitos necessários para o pleno funcionamento do sistema, onde suas vontades correspondam com a lógica, fortificando os corpos de uma forma produtivamente útil, e enfraquecendo-os politicamente.

A pesquisa buscou analisar a categoria poder e suas expressões dentro da prática profissional na sua relação assistente social/usuário através da literatura de Serviço Social da década de 80. Foi nesta direção que essa pesquisa seguiu, na tentativa de iniciar uma discussão sobre o Serviço Social imbuído nas formas de dominação da sociedade, como forma de poder relacional, dotado de estratégias e táticas que acabam por favorecer uma minoria na sociedade. Para tal foi necessário analisar a ação do serviço social na sua forma mais cotidiana e objetiva, ou seja, na relação assistente social/usuário, onde se conseguiria perceber a imediatividade das implicações da ação profissional nas relações que o cercam.

Foi em Marx e Engels que Netto encontrou a resposta para uma problemática metodológica que tentava colocar em questão o método de Marx como instrumento de estudo capaz de chegar aos problemas reais, já que essa problemática (oriunda dos pensadores Plekhanov e Kautsky) dizia que o método de Marx colocava de lado os fatos, o contexto do que acontecia (sua história) em favor de teorias gerais como o par materialismo dialético/materialismo histórico, quando, segundo Netto, o próprio Engels já dizia:

nossa [de Marx e dele] concepção da história é, antes de tudo, um guia para o estudo [...]. É necessário estudar novamente toda a história – e estudar, em suas minúcias, as condições de vida das diversas formações sociais – antes de fazer derivar delas as idéias políticas, estéticas, religiosas [...] etc. que lhes correspondem (MARX;ENGELS, 1963, p. 283 Apud NETTO, p. 3);

E é em favor dessa necessidade de se estudar continuamente o que ocorre na história, a sociedade em que se vive, seu tempo e espaço, suas especificidades e possibilidades que foi escolhido como referencial teórico para análise das obras selecionadas o pensador Michel Foucault, pois o mesmo faz um novo estudo dos aspectos histórico-sociais que envolvem o poder, criando assim uma análise das forças em suas minúcias na sociedade, isso e também a possibilidade de aprofundar mais uma aba no leque de discussões da profissão, visto que a discussão do poder no serviço

social é parcamente explorada, principalmente no que diz respeito a utilização do referencial de Foucault.

A pesquisa pôs em evidência em todos os textos analisados, os mecanismos sutis que corroboram com a estratégia de dominação e controle social, como a burocratização da prática profissional aprisionada nos moldes institucionais a cada passo, dificultando e podendo a autonomia do usuário na administração de sua vida e de seus problemas, também a ênfase nas relações interpessoais entre assistente social/usuário como forma de conseguir ao máximo a adesão e apreensão das normas almejadas institucionalmente, a sobreposição do saber do assistente social ao do usuário verticalizando a relação e mais uma vez subjugando e ausentando o usuário de sua autonomia e capacidade reflexiva, a necessidade de direcionamento político na atuação, visto que a sua falta acarreta a dificuldade de separar os objetivos profissionais dos institucionais, onde nessa direção os interesses dos usuários ficam em último plano. Pode evidenciar também formas de resistências a esse processo de disciplinamento e dominação, onde o assistente social opta pelo fortalecimento dos interesses das classes populares, e direciona sua prática nesse sentido, construindo uma estratégia profissional alternativa e qualificada, fortificando a autonomia do usuário, aprofundando-se na conjuntura institucional e social de modo a utilizá-la numa ação planejada até os limites profissionais em benefício das resistências populacionais e profissionais. Contribuindo assim para o entendimento dos vários aspectos a serem trabalhados na atuação profissional observada a forte tendência ao disciplinamento e controle dos usuários na mesma, através do explicitamento dos mecanismos de dominação reproduzidos na prática profissional e a sua implicação na vida do usuário é possível conscientemente trabalhar nessa estratégia de resistência, onde o assistente social direciona e estrutura sua ação em benefício das classes populares.

O trabalho se divide em três capítulos. O capítulo 1, nomeado “Disciplina e ‘poder’” é onde se pode situar o discurso de poder dentro do referencial teórico escolhido, ou seja, Michel Foucault, no capítulo é explicitado como o autor entende poder, e de que forma relaciona-lo com a presente pesquisa, nesse capítulo é possível apreender a sacada de Foucault para analisar a categoria como “poder” e não “Poder”.

O capítulo 2, “A sociedade Brasileira e o Serviço Social nas esferas de dominação” consiste num resgate histórico da profissão na sociedade brasileira desde as suas protoformas, alinhando-a com as necessidades de cada época para perceber o desenvolvimento do serviço social no Brasil até a década de referência da pesquisa,

anos 80, entendendo a relação da profissão com as esferas de dominação desde suas primeiras expressões. O derradeiro capítulo, intitulado “O ‘poder’ na Literatura Brasileira de Serviço Social na década de 80” contém a pesquisa onde são analisados à luz do referencial teórico, alguns capítulos dos três livros selecionados da literatura brasileira de serviço social, pertencentes a década de oitenta e que discutissem as relações de poder/dominação/resistência na ação profissional.

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

A pesquisa possuiu base *documental*, pois foram analisados dados já existentes, a intenção era perceber a realidade sem interferi-la: “Pesquisa baseada em dados já presentes na situação em estudo e que o pesquisador faz aparecer sem tentar modificá-los por uma intervenção” (LAVILLE; DIONE, 2008, p.133). A técnica de coleta e tratamento dos dados foi a *ficha de análise*, onde se pôde construir segmentos de análise para a leitura dos textos selecionados: a) os temas de texto(os aspectos em que o autor se detém) b) ideário de poder (alocação dos discursos através dos eixos dominação e resistência). Através da ficha foi possível uma visualização melhor do texto para análise e maior explanação do assunto nas categorias facilitando a mesma através de uma síntese dos documentos analisados. A discussão teórica da pesquisa sobre poder na literatura do serviço social pôde contribuir para a compreensão das tendências de dominação existentes na sociedade, organizadas em função do modo de produção capitalista, compreensão esta que pode ser utilizada e apropriada pelo serviço social, enquanto área de conhecimento no âmbito das ciências humanas e sociais, para, numa perspectiva crítica e comprometida com o projeto ético, político e profissional da categoria, contribuir com a construção de uma estratégia continua de resistência à dominação e em favor de uma prática qualificada.

Para melhor compreensão do fenômeno foi utilizado o método qualitativo, com uma análise crítica de interpretação através da identificação e decodificação dos componentes do problema.

A tônica é de que ‘materiais coletados’ estão carregados de subjetividade, de conteúdos axiológicos, de ideologias e de significados atribuídos pelos sujeitos, diferentemente de pesquisas de abordagem quantitativa, que está fundada na objetividade, na demonstração numérica, estatística[...] (OLIVEIRA; BATISTA; RODRIGUES.2002.p.11)

O pesquisador decide prender-se às nuances de sentido que existem entre as unidades, aos elos lógicos entre essas unidades ou entre as categorias que as reúnem, visto que a significação de um conteúdo reside largamente na especificidade de cada um de seus elementos e na das relações entre eles, especificidade que escapa amiúde ao domínio do mensurável.(DIONNE; LAVILLE.2008.p.266)

Para seleção da bibliografia a ser analisada foram obedecidos certos critérios, o primeiro e mais evidente foi a data, a pesquisa se concentrou na década de 80, visto que essa década possui produções consideradas como seminais, ou seja, geradoras ou precursoras do que se estuda hoje no curso, devido principalmente a proximidade com o Movimento de Reconceituação da profissão, por ser um momento de aprofundamento crítico do serviço social. O termo literatura de Serviço Social não se limitou somente a documentos escritos por assistentes sociais, ou seja, embora o autor não pertença a profissão, se o mesmo estivesse se referindo a profissão e o tema da pesquisa, o documento entrou para a análise.

O levantamento bibliográfico foi guiado por título de texto e/ou séries/capítulos/subcapítulos da literatura que contivessem as palavras “poder” e/ou “disciplina” e/ou “controle” nos mesmos. A primeira palavra (*poder*) foi escolhida por ser o conceito chave da pesquisa, as demais (palavras disciplina e controle) se tratam de indicadores que dão base ao conceito de poder para Foucault, selecionados devido a sua centralidade no conceito para a pesquisa. Apoiando-se em categorias de análise dentro do universo do conceito de poder, segundo o referencial teórico escolhido, Michel Foucault, foi possível a orientação para seleção e triagem dos textos mais pertinentes, logo após esse procedimento se deu início a análise de dados com a problematização da bibliografia. As obras elencadas para análise após o processo de revisão bibliográfica foram “As funções sócio-institucionais do serviço social” tendo Jean R. Weissaupt como organizador, “Saber profissional e Poder Institucional” de Vicente Faleiros e “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” de Carvalho e Iamamoto.

Na análise e problematização do material de pesquisa foram eleitas categorias que correspondessem com o aporte teórico de *poder* utilizado e pudessem dar conta da bibliografia em questão, visto que em Foucault não se dispõe de uma discussão a cerca de serviço social; através dessas categorias se levantou dois eixos de análise a serem trabalhados, são eles o de *dominação*, onde se localizaram os discursos das relações de poder como estratégias de disciplinamento e controle no serviço social; e, o segundo eixo, o de *resistência*, onde foram alocados e analisados os discursos de resistência a uma relação controladora na prática profissional e fortalecimento de uma relação de poder produtiva para fortalecimento do usuário e qualificação do profissional. Para melhor compreensão dos conceitos, *Dominação* aqui é entendida dentro das relações de poder, diferenciando-se da dominação pura no que diz respeito à liberdade, enquanto em

uma dominação pura o indivíduo não possui a liberdade ou a possibilidade de responder de outra maneira que não seja obedecer aos comandos daquele que ordena - exemplo: escravidão -, a dominação que utilizamos como referencia aqui é aquela que se estabelece na relação de poder, coexistindo com a liberdade do indivíduo, ele possui essa liberdade e a capacidade de não obedecer ou responder de inúmeras maneiras uma ordem, ainda que, mesmo tendo opções, acabe impelido por meio de sutis mecanismos que o direcionam ao caminho desejado por aqueles que ditam as regras. Dominação entendida como tática imediata a realidade profissional diretamente ligada a estratégias maiores e globais. E *Resistências* são as inúmeras formas de lutas contra as relações de poder dominadoras, é todo aquele movimento de dizer não a essas, recusa-las, de alguma forma interferir no funcionamento da dominação. As resistências são aquilo que obriga o poder a renovar todo dia seus mecanismos de controle, pois estão em todos os lugares das mais diversas formas, ali imediatamente na mesma correlação de forças com o poder, provocando-o sempre ao ameaça-lo, mesmo que minimamente na forma de dizer “não”. Permitem que a relação de poder não se transforme em uma forma pura de dominação.

1. DISCIPLINA E “PODER”

É costumeiro ver em textos sobre poder em Foucault, que o mesmo nunca dedicou uma obra sistemática para esse assunto, pelo contrário, ele o espalhou por toda a sua obra, o que foi um entrave e ao mesmo tempo uma oportunidade de passear na imensidão de seus temas. Foucault cercou-se de algumas precauções metodológicas ao estudar poder, e passa assim esta informação para todos aqueles que também pretendem fazê-lo, sendo uma das pretensões desta pesquisa, apropriou-se o máximo possível daquelas, no decorrer do texto essas precauções serão explicitadas.

Estudar o poder segundo Foucault é libertar-se de uma série de amarras que acompanham os indivíduos durante toda a vida, como a ideia de que o poder possui um lugar, ou melhor, que seria algo capaz de ser possuído por alguém, que teria lugar certo nas mãos de um ou uns. Um dos primeiros efeitos do poder é a constituição do indivíduo, quando se trata de um poder disciplinar - que detalharemos mais à frente - a normalização dita as delimitações do que consiste ser um indivíduo, que normas seguir para existir perante a sociedade, para ser aceito. Constituído o “sujeito”, o poder passa então a transitar, percorrer neste, se articulando com os outros elementos ao seu redor numa forma de rede, permitindo dizer que o poder ao invés de localizar-se pontualmente em algo, alguém ou alguns, localiza-se por todo canto, dinâmica e transversalmente em toda a sociedade. Ao ver o poder como propriedade exclusiva de uns e não de outros, nega-se o poder que carrega todo indivíduo, e principalmente a força das resistências na sociedade.

A análise do poder para ele é então ascendente, ou seja, parte das expressões mais extremas, mais “capilares”. Foucault procura uma análise ascendente justamente para perceber o poder em suas aparições mais extremas onde por vezes o controle escapa dos dedos. Percebe-lo no seu cotidiano, na sua realidade, como efetivamente ele se constitui, deixando um pouco de lado o “o que é o poder?” e pensar em “como ele funciona?”, pensa-lo através de sua capacidade operatória. Analisar o poder de cima para baixo é corroborar com a ideia de poder soberano que emana do alto sobre os súditos, é legitimar na própria análise esse Poder com P maiúsculo que subjuga as resistências na sociedade, bem como todas as relações existentes nessa. Sendo assim, numa análise ascendente, “se o poder se sustenta de baixo para cima,[...] quanto mais alto na hierarquia do poder, menor a autonomia do indivíduo para alterar as redes de

poder na sociedade”(ALBUQUERQUE, 1995, p.109). Perceber ascendentemente é notar que as decisões advindas num sentido descendente não vão automaticamente alterar as relações de base. Coexiste a margem independente de resposta da população sobre essas decisões, as ligações mais extremas entre os indivíduos é que interferem mais diretamente sobre suas vidas.“Basta que qualquer um de nós se eleve sobre o outro, e o prolongamento dessa situação pode determinar a conduta a seguir, influenciar a conduta ou a não-conduta de outro”(FOUCAULT, 2004, p.267). Outra precaução para Foucault que corrobora para desmistificar esse “Poder”, é não analisá-lo em nível da intenção, não perguntar: “quem está com o poder?”, “o que deseja aquele que tem o poder?”, mas sim percebê-lo praticamente, na sua ação, naquilo que provoca, e assim como a análise ascendente, se aproximar o máximo possível do que seria seu objeto de dominação. E é por isso que a análise desse trabalho é focada primordialmente nesses aspectos capilares das relações de poder que envolvem a profissão do(a) assistente social, ou seja, ao invés de partir e privilegiar o topo da pirâmide para entender as relações, ao invés de seguir a linha descendente de dominante para chegar ao dominado, optou-se propositalmente pela relação assistente social/usuário em suas expressões mais cotidianas, mais palpáveis e imediatas, segundo a bibliografia escolhida.

1.1. PODER DISCIPLINAR

Durante muito tempo o poder fora representado na figura de um soberano, e o direito, fruto de sua própria vontade, teria como função estabelecer limites e frear a opressão daquele legitimando assim seu governo, até mesmo a história, era uma história da soberania; segundo Foucault, nos séculos XVII e XVIII desenvolve-se uma nova tecnologia de poder, diferente das anteriores que em sua maioria sobrevinha sobre terra, tributos, etc, essa nova tecnologia agora incidia sobre o corpo e suas ações, o submetia a uma série de rituais para o controle e docilidade do mesmo, eram disciplinas¹, era o começo da sociedade disciplinar. Após décadas de formas violentas como demonstração de dominação, aqueles que agora ascendiam, após a Revolução Francesa, logo percebem que legislações, constituições, e muito menos os antigos sistemas de violência explícita conseguiriam assegurar sua dominação e garantir que a situação continuasse sempre favorável para seu lado (FOUCAULT, 2011a, p.218). Torna-se necessário

¹“Disciplina [...] ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma ‘física’ ou uma ‘anatomia’ do poder, uma tecnologia.” (FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: História da violência nas prisões. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p.203)

muito mais que coerção e violência explícita, era preciso penetrar na dinâmica dos corpos e disciplina-los, fazer com que o poder ficasse invisível aos olhos, a dominação fosse parte fundamental ao movimento da vida moldando cada estágio e esfera de seus subordinados. Essa nova forma de poder, é para o autor, uma das mais importantes invenções da sociedade burguesa, “um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barra-las, dobra-las ou destruí-las.”(FOUCAULT, 2011c, p.148).

O corpo torna-se o objeto de uma série de mecanismos detalhados, onde cada movimento deve ter seu percurso muito bem calculado e antecipado, para que numa economia dos gestos consiga tirar mais produção do mínimo de movimentos possíveis. Exerce-se uma coerção continuada até o introjetar das informações, de maneira que possam ser repassadas uns aos outros. O corpo deve ser produtivo economicamente ao máximo e politicamente, ao mínimo. Deve “desconectar-se de sua capacidade de relações que existem entre elas mesmas, os outros e o lugar objetivo que elas ocupam no seio da estrutura sócio-econômica e política.” (MOREAU, 1987, p.47) As disciplinas produzem dessa maneira aquilo que Foucault chama de corpos dóceis², submissos; o corpo é esquadrinhado, decomposto e depois recomposto segundo uma lógica de controle. Tornar-se-á um corpo obediente e hábil para as tarefas que lhe forem designadas. São técnicas sutis, mas que delimitam a forma que o indivíduo deve obedecer.

Os mecanismos disciplinares não surgem nos séculos XVII e XVIII, e sim se desenvolvem e ampliam sua escala para setores mais centrais, são esses mecanismos que, em certo momento do desenvolvimento social mostram-se interessantes àquela classe estrategicamente mais forte, que permitiam que essa obtivesse o máximo de lucro com o mínimo de dispêndio e obstáculos, que permitia implantar uma nova subjetividade, um novo comportamento naqueles que a classe em ascensão tanto necessitava para aprofundar e enraizar sua dominação.

No Brasil, em meados do século XX, a realidade demonstrava o desinteresse da população quando o assunto era trabalho, ou quando já inseridos nas fábricas, reivindicavam “demais”, e como diziam os próprios proprietários das fábricas: “[...] não se submetem a nenhum controle sistemático, não permanecem em seus empregos, não

² “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. [...] Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de ‘disciplinas’.” (Ibid.p.132)

se importam com os contratos, [...]” (STEIN, 1979, p.71 apud RAGO, 1985, p.20). Era necessário utilizar-se daquelas disciplinas, mencionadas acima, era preciso fazer um indivíduo produtivo.

O ambiente fabril era propício para a introdução dos mecanismos disciplinadores. Uma das técnicas disciplinares é estabelecer um cerco, um espaço onde se possam alocar os indivíduos para iniciar o controle dos mesmos. A fábrica cumpria essa função estratégica, Jeremy Bentham no século XVIII arquiteta o chamado panoptico³, uma estrutura capaz de permitir o controle e vigilância num espaço através de mecanismos sutis, articulados e minuciosamente eficazes. Modelo que se arrasta durante os séculos para os mais infínitos objetivos, seja nas fábricas, prisões, hospitais psiquiátricos, etc. Indivíduos emaranhados e dispersos são difíceis de controlar, portanto foi necessário designar lugares a cada um, decompor aquela massa que emana insatisfação, cada um tem seu lugar, função, divisão, seção, formando um “quadro vivo” para Foucault, decompondo indivíduo, a massa, para depois estruturá-la no espaço de maneira visivelmente mais controlável, suscetível a apreciação e acompanhamento de suas operações, para garantia da qualidade das mesmas. Essa qualidade também é empregada no tempo, fixando-se horários que controlam a entrada, saída, a execução das atividades, e por vezes até a duração das idas ao banheiro⁴, forma-se economia de gestos, uma harmonia eficaz entre esses, o tempo e a globalidade do corpo, para que possa tirar dele o máximo possível qualitativamente (FOUCAULT, 2011b). Conecta-se o corpo ao objeto que ele manipulará, articula-os para que os elementos de ambos se harmonizem num movimento perfeito e eficiente. Não era necessário pensar nas ordens, mas apenas absorve-las e realiza-las, diferente das técnicas anteriores, que de tão violentas acabavam por desperdiçar o potencial de utilização do corpo, - por meio de

³ Desenvolvido no séc. XVIII por Jeremy Bentham, o panóptico é um dispositivo arquitetural de vigilância, amplamente utilizado em prisões, mas logo difundido pelo corpo social e suas instituições, a ideia é de que “na periferia uma construção em anel; o centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas tem duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar” (FOUCAULT, 2011b, p.191) o panóptico permite a organização das massas dispersas, onde cada peça possui seu lugar, a consciência de visibilidade permanente induz a reprodução da vigilância a si e aos outros, garantindo a continuidade e eficácia do dispositivo. “Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia.” (Ibid.p.192)

⁴ “[...] Ao mictório só pode ir um empregado de cada vez, devendo pedir licença e explicar o que vai fazer.” (A Terra Livre, 12 abr. 1906 apud RAGO, Margareth Luzia. Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890- 1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.p.24).

passavam de maus-tratos, torturas e violência explícita⁵. “O corpo já não tem que ser marcado, deve ser direcionado; seu tempo deve ser medido ou plenamente utilizado, suas forças devem ser continuamente aplicadas ao trabalho” (FOUCAULT, 2001 p.469)

Outro aspecto da tecnologia disciplinar é a hierarquização e separação dos indivíduos de acordo com seus méritos, diferenciando-os para o estabelecimento de níveis e divisões, os sistemas de recompensas e sanções alimentam essa segmentação, bem como a vigilância entre os próprios. Para que o sistema disciplinar possa funcionar existem mecanismos penais – micropenalidades – que garantem a sua eficácia. Os comportamentos que se adequam as normas de controle são “recompensados” através da alocação numa hierarquia, onde os mais obedientes recebem alguns benefícios, e passam a pertencer a uma camada “menos desprivilegiada”, e a aqueles que possuem comportamentos desviantes, inadequados aos comandos disciplinares, aplicam-se essas micropenalidades, cuja função é corrigir os desvios de forma que o indivíduo interiorize em suas ações os comandos a seguir, sob pena de sofrer sanções, podendo até perder sua característica de sujeito na sociedade, ou ser considerado um mau sujeito. É um sistema é baseado na meritocracia, onde as conquistas se dão à custa de suor, louvor, e muita obediência à normalidade. O indivíduo deve primeiramente estar entre os padrões normais aceitos e desejados pela sociedade e por aqueles que lucram; o normal, o padrão é trabalhar, favorecendo assim a produção e expropriação da mais-valia, ser honesto, e ter que suar a camisa durante todos os dias com o máximo de excelência possível para que se prove que merece ter algo, que merece ser recompensado com o salário do mês. “Trata-se, nesse caso, do indivíduo condicionado e autocondicionado, do bom moço instituído nos padrões individualistas do modo de vida, para dar um exemplo ocidental, regido pela moralidade capitalista esse paradigma do modo de ser burguês.” (CASTELO BRANCO, 2001, p.246).

Recompensar e remunerar de acordo com as capacidades individuais, com a produtividade, com a importância do indivíduo-peça para a acumulação, segmenta a classe trabalhadora que entra num ciclo de concorrência entre si, lutando contra aqueles que deviam se unir. Na década de 20 no Brasil, os fichamentos pessoais perturbaram a

⁵“Era assim que funcionava o poder monárquico [...] a justiça só prendia uma proporção irrisória de criminosos; ela se utilizava do fato para dizer: é preciso que a punição seja espetacular para que os outros tenham medo. Portanto, poder violento e que devia, pela virtude de seu exemplo, assegurar funções de continuidade.” (FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 29.ed. Organ. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2011a. P.217).

vida de muitos trabalhadores. O CIFTSP (Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo) ficava a cargo de receber os nomes daqueles com comportamentos indesejáveis⁶, providenciar a sua devida expulsão e repassar as informações para as fábricas associadas, onde os mesmos não eram aceitos depois, viravam então reféns, ou se adequavam ou dificilmente conseguiriam emprego em outro lugar. As instituições disciplinares crescem e se expandem, mas seus mecanismos tendem a se desinstitucionalizar, ou seja, chega a tal ponto o nível desse sistema de obediência/recompensa, que os próprios indivíduos se fiscalizam, o sistema de poder disciplinar já não depende de uma mão que o controle, ele foge dessa e é interiorizado no olhar de cada um que passam a se fiscalizar, na espreita de uma prova que possa desmerecer alguém para favorecer a si. Os indivíduos normalizam uns aos outros cotidianamente, diferenciar-se dos padrões já é motivo suficiente para sofrer uma série de vexações pela sociedade.

As relações de dominação vão se tornando cada vez menos palpáveis, fica difícil precisar de onde veio a norma de que se deve condenar a anormalidade, seguir determinados padrões. Há uma reprodução desenfreada de comportamentos que tomam-se vazios de reflexão, confirmando assim que mesmo invisibilizadas, essas relações provocam sujeições efetivamente reais, toda a cadeia de reações do corpo está intimamente ligada a sistemas de poder na sociedade. Tomando como parâmetro a atualidade, hoje se vive numa sociedade do espetáculo, nada passa despercebido sem que necessite ser deliberadamente noticiado, publicado, a vigilância à normalidade toma proporções estrondosas e é facilitada pelas milhões de redes e perfis que possibilitam a cotidiana fiscalização das vidas.

O corpo se adequa ao código que lhe confere normalidade dentro da sociedade, as disciplinas categorizam uma normalidade a cada indivíduo e os classifica através de um saber clínico. “À medida que o aparelho de produção se torna mais importante e mais complexo, à medida que aumentam o número de operários e a divisão do trabalho, as tarefas de controle se fazem mais necessárias e mais difíceis.”(FOUCAULT, 2011b, p168).

A maioria da população depende essencialmente da sua força de trabalho para sobreviver, e na busca de sua manutenção corre atrás de um emprego que a garanta, já que os meios de produção se encontram nas mãos de alguns poucos. Aqueles que

⁶Como incitar greves, propagar ideias anarquistas, “agitar” os trabalhadores, furtar, promover quebra de equipamentos. Cf. RAGO, 1985.

estrategicamente mais desenvolvidos e articulados adquiriram os meios de produção e a competência das tecnologias disciplinares, puderam se apropriar de um discurso que produziu assim efeitos de poder na sociedade, favoráveis aos mesmos. O poder produz a realidade e a verdade em que o indivíduo se insere (FOUCAULT, 2011b, 184), assim a burguesia carrega no seu modo de produção o discurso que lhe favorece e lhe possibilita expandir sua dominação. O modo de produção capitalista é um sistema de interesses antagônicos - mesmo dentre aquela minoria privilegiada - e manter esse sistema desigual requer uma série de mecanismos. Aqueles mecanismos disciplinares que se desenvolvem nos séculos XVII e XVIII, são assim incorporados a estratégias globais de dominação.

1.2. “Poder” ou “poder”

A partir do momento em que o indivíduo se insere no mercado de trabalho e exploração, passa a ser emaranhado numa complexa teia de relações de disciplinamento e controle introduzido nos parágrafos anteriores. Toda essa estrutura de controle não se limita ao ambiente de trabalho, permeia toda a sociedade e aumenta sua amplitude e eficácia nas instituições – escola, exército, família, estado-, que Foucault chamava de máquinas de poder. O que atraiu os olhares da burguesia para as protoformas do serviço social brasileiro no início do século XX, e depois o próprio serviço social, foi a sua capacidade de controle e dominação da população, na ação direta com esta estruturando os alicerces da manutenção da reprodução capitalista e expropriação da mais-valia do trabalhador. Foi justamente aí, na necessidade de incorporação de pessoal especializado para as tarefas de controle, que o serviço social se inseriu nas tecnologias disciplinares da sociedade.

As protoformas do Serviço Social brasileiro eram intimamente ligadas a grupos religiosos, filantrópicos, mas bastante dispersos, só aos poucos o Estado começa a centraliza-las e direciona-las como será mais aprofundado no segundo capítulo desse trabalho. Foucault já ressaltava na França sobre a importância desses grupos para a lucratividade da produção capitalista “[...] multiplicaram-se iniciativas desse tipo; tinham objetivos religiosos (a conversão e a moralização), econômicos (o socorro e a incitação ao trabalho), ou políticos (tratava-se de lutar contra o descontentamento ou a agitação).” (FOUCAULT, 2011b, p.200)

Todo esse aparato disciplinar, essas tecnologias infindas e renováveis, permitem perceber o quão é falha essa onipotência que depositam no “Poder”. Se o poder

entendido como pontual, com localização certa, fosse tão divinamente estruturado e fixado não era tão importante e necessário esse dispêndio enorme de esforços cotidianos para arraigar sua dominação e conter os desvios a sua lógica, bem como as insurreições na sociedade, atrelando-se ao entendimento de resistências, pois se é necessário todo dia renovar esse processo de disciplina e controle, normalização e contenção, é porque existem resistências a esse processo.

Foucault (1977, p.249) afirmava “que não há relações de poder sem resistências [...]”. Resistências que assim como poder atravessam a sociedade num movimento transversal e necessitam de um saber estratégico, no qual a teoria cumpre o papel de conhecimento aprofundado dos mecanismos de poder que possibilite uma resistência permanente, insistente no “não” às formas de poder subjugadoras.

São as resistências que impelem às relações de poder esses processos de renovação constante. Resistências aos efeitos de poder, que independentemente de uma ligação dessas lutas com as de cariz classista, atacam diariamente e imediatamente⁷ as estratégias de dominação. A forma como as relações de poder se dão nessa sociedade é intimamente ligada à reprodução da economia capitalista como foi denotado anteriormente. Ao cogitar uma mudança na estrutura da sociedade, deve-se automaticamente perceber que isso depende de uma reestruturação nas relações de poder, na formação dos sujeitos, atacar diretamente o funcionamento e efeitos das articulações do poder, ali onde se lhe encontram mais próximos. Mostrar as relações de sujeição, de dominação, tirando-as de sua invisibilidade, ressaltá-las como são na realidade, forjadoras de sujeitos. (FOUCAULT, 2005)

É nesse aspecto de imediatez das lutas contra o poder, – tal como se articula hoje – que podemos contextualizar a resistência na ação profissional do assistente social. No cotidiano profissional, nas relações mais elementares entre assistente social e usuário é que torna-se preciso resistir à concepção e reprodução desse esquema de “Poder” vertical, que subjuga os indivíduos, hierarquiza os saberes e controla cada movimento, cada passo do indivíduo, aqui representado no usuário, que nesse esquema passa a ser cotidianamente investido de estratégias de dominação. É necessário lutar diariamente contra a continuidade desse sistema de dominação na atividade profissional,

⁷ “não porque são imediatistas, mas porque criticam o foro e as instituições que diretamente interferem na causa que motivou a luta. Seu inimigo está próximo e não personificado num ente como classe ou o Estado em geral, e a solução também deve ser imediata, sem depender de uma grande revolução.” (SAMPAIO, Simone Sampaio. Resistências. Revista aulas: Dossiê Foucault, São Paulo, n.3, dez. 2006/ mar. 2007.

impedindo naquela realidade-presente onde o assistente social se encontra a estabilidade das relações dominadoras, afinal de contas, “[...] estas –resistências- são tão mais reais e eficazes quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder [...]” (FOUCAULT, 1977, p.249)

2.0. A SOCIEDADE BRASILEIRA E O SERVIÇO SOCIAL NAS ESFERAS DE DOMINAÇÃO

2.1. A SOCIEDADE BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Na década de 10, durante a República Velha ou Primeira República⁸, as cidades, que antes não passavam de “centros administrativos e festivos apenas” (VIEIRA, 1978, p.130) começam a tomar a atenção que até esse momento era reservada à porção rural do país, essencialmente caracterizada pela produção cafeeira e escravidão. “A abolição da escravatura e o aparecimento da industrialização provocam o êxodo de grande quantidade de mão-de-obra rural e não qualificada para as cidades” (VIEIRA, 1978, p.131) e a expansão da atividade industrial brasileira nas cidades trouxe consigo o agravamento da questão social⁹ e de suas refrações na sociedade, que começaram a atingir com toda a força a população trabalhadora do Brasil, esta passa a se organizar cada vez mais, e em 1907 as reivindicações eram basicamente por uma regulamentação da exploração da mão de obra operária; lutava-se pelas oito horas diárias de trabalho, pois naquela época o pauperismo era tão forte nas camadas populares, que para manter a subsistência de uma família (mesmo que todos os membros desta trabalhassem as comuns 10, 12, 14 horas diárias, incluindo crianças e mulheres) o sustento ainda assim era ínfimo e bastante precário¹⁰.

“[...] Nos estados em que os gêneros não são demasiado caros, os salários não passam de 1\$000 ou 2\$000 réis por dia, e onde se faz alarde de grandes salários de 3 ou 4 mil réis não se pode viver, porque não chegam para atender a metade das despesas mais indispensáveis. E para prova basta dizer que o quilo de carne bovina é de 800 a 1\$000 réis e o pão 400 réis e uma habitação de 6 ou 9 metros quadrados, um cubículo sem ar e sem luz, custa a brincadeira de 40 ou 50 mil réis mensais de aluguel.[...]” (Federação Operária de Santos,[folheto sem título], jan. 1913 4 p., apud Maria Auxiliadora Guzzo de Decca.

⁸Instituída em 15 de novembro de 1889, compreende o período dos anos 1889 até 1930. (FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp.1995)

⁹“questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”. (CARVALHO; IAMAMOTO.1995. p.77).

¹⁰Sobre esse assunto Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado Industrial na Primeira República, In Boris Fausto (Org.), História Geral da Civilização Brasileira: III. O Brasil Republicano v.2. Sociedade e Instituições (1889-1930). São Paulo, Difel, 1985

Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930. São Paulo: Atual, 1991. p.44-45)

A seguir apresenta-se duas tabelas: a primeira, para entender melhor a relação entre a forte expansão da estrutura industrial no começo do século passado e a crescente quantidade de trabalhadores nas mesmas, com dados de recenseamentos da época; e a segunda, demonstra a relação entre o custo de vida na sociedade e os salários durante o período de 1914 à 1921, onde grande parte deste foi marcado pela I Guerra Mundial (1914-1918). Guerra esta que influenciou a economia brasileira, refletindo nos preços dos itens nacionais como a alimentação, em contraponto os salários cada vez mais se distanciavam no custo real de sobrevivência associando-se a falta de legislação trabalhista efetiva, a situação dificultava cada vez mais para quem vivia somente da sua força de trabalho. (FAUSTO.(Org). 1985. p. 146-148)

Tabela 1:

ESTRUTURA INDUSTRIAL

Ano	número de empresas	número de operários
Distrito Federal		
1907	662	34 850
1920	1542	56 517
1929	1937	93 525
São Paulo		
1907	327	24 286
1920	4145	83 998
1929	6923	143 376

(SILVA,Sérgio, Sobre as origens da indústria no Brasil, 1975, p.3 apud PINHEIRO, Paulo S. O proletariado industrial na Primeira, in Boris Fausto (Org), História geral da civilização brasileira., v.2, 1985. p.141, tabela com adaptações.)

Tabela 2:

CUSTO DE VIDA E ÍNDICES DE SALÁRIOS, 1914- 1921

Ano	Custo de vida	Salários	Ano	Custo de vida	Salários
1914	100	100	1918	144	117
1915	108	100	1919	148	123
1916	116	101	1920	163	146
1917	128	107	1921	167	158

(SIMONSEN, R. À Revolução Industrial do Brasil. apud PINHEIRO, Paulo S. O proletariado industrial na Primeira, in Boris Fausto (Org), História geral da civilização brasileira., v.2. p.147, tabela com adaptações.)

As fábricas possuíam rigorosa disciplina e se utilizavam de força dentro e fora da mesma, que era facilitada devido à forte aproximação entre os empresários e as forças de repressão; havia também o regime de multas, caracterizadas como uma das micropenalidades, que eram descontadas dos salários dos trabalhadores, para reprimir qualquer atitude que desagradassem aos proprietários industriais e que por vezes, se acumulavam tomando grande parte do valor total do salário. Em 1917, com a onda de greves em São Paulo, os movimentos seguem no fluxo de reivindicar melhores condições de trabalho e conseqüentemente de vida. Esse período é marcado por altas taxas de inflação e crise na economia, o que agravou ainda mais a situação das classes trabalhadoras.

Durante praticamente toda a Primeira República, para responder as insatisfações de uma população paupérrima e incipientemente organizada, o governo se utilizava de uma forte repressão policial. Com o crescimento dessas insatisfações e para diminuir as tensões sociais e políticas, o governo percebe que era necessário ceder, ainda que minimamente às reivindicações do proletariado, não sendo mais possível ignorar a questão social. Assim, foi impulsionada a formulação de legislações que aos poucos vão adquirindo corpo e efetividade. “Em 1911, um projeto de lei dos deputados Figueiredo Rocha e Rogério Miranda, fixando a jornada de oito horas, recebeu a pecha de *anárquico, subversivo e imoral*”. (FAUSTO, 1976. p. 224. grifo do autor) Somente com os avanços nas lutas dos trabalhadores é que as políticas trabalhistas vão sendo levadas a sério.

Como exemplo das políticas para atendimentos das necessidades das classes desprivilegiadas, podemos citar a política de habitação, que no país serviu para diferentes propósitos, mas estes sempre paralelos aos interesses dos dominantes.

Juntamente com o amontoado de fábricas, crescem vertiginosamente as habitações populares no Brasil, chamadas de cortiços. A limpa e perfumada burguesia da época se chocava com a vida promiscua, fétida e suja em que acreditava viver o proletariado. Emanavam de seus cortiços tudo aquilo que as elites não suportavam, e foi a partir daí que se aproveitou a deixa para legislar sobre a intervenção na moradia dos trabalhadores, sujeitando-lhes a uma nova vida, regulada por aqueles que acreditavam que arejar bem as casas e entre outras medidas dos higienistas sociais, solucionaria os problemas daquela classe desprivilegiada.

Surgem as Vilas Operárias, que em sua maioria localizadas ao redor das fábricas, possibilitavam o total controle do operariado, desde o trabalho até o lazer¹¹. As altas classes da época reagem de maneiras diferentes, em alguns momentos se manifestam com apoio a repressão e em outros fomentam ações caridosas para com a população, e são estas ações que “constituíram a principal base para que as protoformas do Serviço Social pudessem se desenvolver” (CARVALHO; IAMAMOTO. 1995, p.136), primeiramente com parcas iniciativas das classes dominantes, não era necessário nenhum treinamento, seja para leigos ou religiosos, bastava somente amor ao próximo e dedicação (VIEIRA, 1978, p.138); depois estas iniciativas se desenvolveram consideravelmente entre 1917 e 1920, onde mais tarde acoplaram-se aos interesses católicos, quando depois de recrutar o laicato, a igreja decide atuar firmemente para recuperação de sua influência na sociedade. O cenário de crise e intensa miséria colaboraram para que houvesse uma abertura para os seus grupos já organizados demonstrarem para o estado que sua capacidade disciplinadora e influencia social eram grandes aliadas para um governo provisório¹² que se via encurralado diante de pressões de inúmeros grupos sociais.

2.2. O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

A tradicional caridade se complexifica, e agora era organizada e com disponibilidade de recursos materiais e humanos, passando a adotar uma postura mais preventiva, é formado então em 1932 o CEAS (Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo) que oferecia uma formação baseada na doutrina católica e organizava as frentes

¹¹ Sobre esse assunto Cf.RAGO, 1985.

¹²Governo Provisório: Período em que Getúlio Vargas governou após a deposição do Presidente paulista Júlio Prestes, que vai de 1930 a 1934, quando se torna Presidente por voto indireto. (BOULOS, Júnior Alfredo. História - Sociedade e Cidadania, 9º Ano. São Paulo: FTD, 2009.)

para atuar diretamente com a classe operária. Acreditava-se que existiriam problemas nas famílias operárias e estes se refletiam nas variadas dimensões de suas vidas, destituídos de moral, e de conhecimento estes possuíam famílias desordenadas e colocavam em risco a ordem social, era necessário educá-los. Com suas bases na religião e primazia na família, a ação das protoformas da profissão tentava de forma paternalista solucionar os problemas das classes populares apostando numa reestruturação do próprio homem. Passaram então a criticar a exploração em excesso por parte do liberalismo, defendendo a aplicação das leis trabalhistas, mas sempre incentivando a “harmonia” dentro das empresas e indústrias, combatendo a luta de classes ao disseminar o repúdio do relaxamento no trabalho e das faltas no mesmo. Torna-se “o agente de ligação entre o patrão e operário.” (1933, apud CARVALHO; IAMAMOTO. 1995, p.215)

O agravamento das seqüelas da questão social junto com a formação dos centros industriais torna necessária a intervenção direta na totalidade da vida do proletariado, tudo em busca do que acreditavam ser o bem para as classes dominadas, porém de acordo com os moldes do ideário dominante. Foi dentro dos círculos operários, que esses agentes sociais ensinavam para as trabalhadoras um novo padrão de vida, padrão este acordado com o modelo que os dominantes desejavam obter dos dominados. A trabalhadora agora deveria ser a “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família” (RAGO, 1985, p.62), preocupada com o lar e com a moralidade de sua família, é agregado nessas mulheres um sentimento de resignação perante o marido, ela se torna a peça chave na vigilância desse padrão dentro de cada casa, que agora se tornara lar, balsamo dos que trabalham honestamente dia a dia. “Não é de se admirar que as primeiras medidas da legislação referentes ao trabalho feminino tenham sido tomadas tendo em vista sua função de reprodução e de ‘guardiã do lar’.” (RAGO, 1985, p.69) A intervenção com os trabalhadores era regida segundo um sentimento de tutela, onde estes ensinariam “as classes sociais mais fracas a formar as suas próprias elites, para que estas também possam cumprir eficientemente seu dever.” (1933, apud, CARVALHO; IAMAMOTO. 1995, p.177)

Com o retorno de duas das fundadoras do CEAS¹³, após terem feito o curso de serviço social na Bélgica, é fundada em 1936 a primeira Escola de Serviço Social do país, em São Paulo, fundada nos moldes europeus, trazido da estadia na Bélgica. A

¹³ Maria Kiehl e Albertina Ramos.

partir da década de 30, a profissão – aqui entendida como profissão desde suas protoformas– se aproxima mais das instituições estatais e passa a incorporar às suas ações cada vez mais também às demandas do Estado; associando-se decisivamente a este (o que não impede a continuação das iniciativas particulares). O Serviço Social passa a atuar no Estado, em órgãos como o Departamento de Serviço Social, em 1938 (antigo Departamento de Assistência Social do Estado de São Paulo, fundado em 1935) adotando a postura higienista, intervindo junto aos considerados desajustados sociais, que necessitavam sob esta ótica, de tratamento personalizado, devendo assim ser estimulada a participar de seu próprio tratamento, para se ajustar a dita sociedade normal. Tratava-se de oferecer subsídios através da complementação da renda, mas apenas com o mínimo necessário, para que este não se corrompesse e comprometesse o tratamento.

O Estado então toma pra si a administração da assistência social, a racionaliza e passa a regular as iniciativas particulares. (CARVALHO; IAMAMOTO. 1995, p.179) A assistência, ao lado do Estado passou então a se organizar dentro de uma estrutura burocrática de acesso, racionalizando-se aos poucos e aos poucos conquistando também seu lugar como profissão reconhecida dentro da divisão sócio-técnica do trabalho, inserida na dinâmica do mercado de trabalho em que seus serviços a partir dali poderiam ser contratados, começando a fugir assim da ótica da profissão por devoção.

As visitas domiciliares, os encaminhamentos- de muito pequeno efeito prático, devido à carência de obras que sustentassem semelhante técnica, a distribuição de auxílios materiais e a formação moral e doméstica através de círculos e cursos, serão as atividades mais frequentemente desenvolvidas pelos primeiros assistentes sociais. (CARVALHO; IAMAMOTO. 1995, p.201)

Já na década de 60 para que sua ação seja realmente eficaz, o serviço social começa a elaborar a sua dimensão técnica, os assistentes sociais começam a reivindicar elementos técnicos para sua prática, complexificando-se na busca de melhorar sua atuação; aos poucos os instrumentais se aprimoram e a pesquisa passa a ser um importante elemento no reconhecimento do meio de intervenção, o que consequentemente influi na perspectiva de sua ação, que deixa de ser paliativa.

Desde o seu nascimento, a profissão carrega o estigma de amenização dos conflitos e ajustamentos dos desajustados da sociedade, instrumento perfeito para manter o status quo da estrutura de poder já montada em favor dos dominantes, onde

seu “discurso era essencialmente doutrinário e apologético” (CARVALHO; IAMAMOTO. 1995, p.209), fácil de perceber ao ler o código de ética profissional de 1947, na “Secção I – Deveres Fundamentais”:

É dever do Assistente Social:

I- Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se, sempre, em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus. (BRASIL. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, de 29 de setembro de 1947.)

Nos anos 40, expandem-se nacionalmente as Escolas de Serviço Social, a influência e ligação com o Serviço Social norte-americano é notadamente forte, o assistente social vincula-se agora a legislação do trabalho no que diz respeito à concessão dos benefícios, e passa a controlar os corpos para o trabalho, cuidando para que estes estejam prontos e saudáveis para trabalhar - o que envolvia diretamente as políticas de habitação e saúde - e mantendo aqueles que não serviriam para o mercado, como idosos, deficientes, etc.

O Estado Novo, que acabava de se instaurar com o golpe de Estado em 1937, além de reprimir as manifestações também possuía uma forte política de aproximação com as classes populares, incorporando algumas de suas reivindicações, tendo como seu principal objetivo era preservar a ordem social, para que esta não fugisse do modelo de Estado vigente;

Nesse sentido o Getulismo demonstrou enorme competência ao captar algumas das principais reivindicações dos trabalhadores urbanos, reelabora-las e devolvê-las como uma *dádiva do Estado*. Getúlio as apresentava como um presente para as massas, como uma antecipação, como um *pai que doa para seu povo algumas de suas principais reivindicações*. Este foi o centro da arquitetura getulista, necessária para manter o seu projeto nacionalista, estatal e industrial. (ANTUNES, Ricardo. De Vargas a Lula: Caminhos e Descaminhos da Legislação Trabalhista no Brasil. Revista Pegada. v.7, n.2, p. 85, nov.2006. grifo do autor)

Toda e qualquer expressão que não estivesse de acordo com o governo é abafada e repudia-se qualquer expressão revolucionária.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, surgem várias instituições assistenciais como a LBA (Legião Brasileira de Assistência) que se caracteriza como uma instituição de forte atuação no Serviço Social, já que o CNSS (Conselho Nacional de Serviço Social) teve parca atuação e fraca influência. O governo lança uma campanha de participação na guerra, o que infla os ânimos da população, a LBA tinha força no apoio à campanha de participação na guerra e tentava ganhar apoio político para o governo. Com o quadro brasileiro agravado, o regime de Getúlio Vargas se vê coagido a aceitar e legalizar boa parte dos movimentos de reivindicação e organização populares. Após a queda do Varguismo, esses movimentos voltam novamente a serem reprimidos pelo Estado. As demandas para a LBA cresceram vertiginosamente ao passar dos anos e esta passa a estruturar aos poucos a rede assistencial brasileira. Surgem na mesma época da LBA, o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) com objetivo de educar os operários para o trabalho industrial, e o SESI (Serviço Social da Indústria) na busca de uma melhor qualidade em vários aspectos da vida do operariado.

O Serviço Social vai se inserindo nas instituições de Seguro Social, onde primeiramente dava cursos aos funcionários dessas instituições, passando posteriormente a incorporar ao quadro de sessões e funcionários. Após sua incorporação, passou a fazer parte de sua rotina a ação educativa e de aconselhamento dos beneficiários que “tem por sentido a busca por tornar mais eficiente a integração do proletariado aos mecanismos institucionais elaborados para a canalização e controle de suas reivindicações econômicas e sociais [...]” (CARVALHO; IAMAMOTO. 1995, p.305). Dessa forma, torna-se necessário para a sustentação e reprodução do sistema de dominação na sociedade, tira as contradições do foco da produção e a transpõem para todos os meios ofertados pelo próprio Estado, incorporando ações a favor da manutenção da estrutura de dominação. É dentro deste aconselhamento que o Serviço Social é capaz de expressar sua posição de ferramenta ideológica, transmitindo em seus discursos, a lógica de dominação e a adequação aos canais de controle social que monitorariam toda a totalidade da vida do indivíduo. Era necessário imbuir a dominação em cada pedaço da vida do indivíduo, adentrar suas relações e consciência, disciplinar os comportamentos conforme as expectativas dominantes.

A incorporação do Serviço Social na prestação das políticas sociais acompanha gradativamente o nível de complexidade das mesmas. A profissão deixa de se caracterizar por ações esporádicas para ser efetivamente reconhecida e legitimada dentro das inúmeras esferas na sociedade, amparada por instituições e sistema judicial.

O Assistente Social nesse ponto tem por função selecionar aqueles que terão acesso aos benefícios, visto que se impõem limites institucionais para a quantidade de demanda a ser atendida; era necessário que o Serviço Social restringisse ao máximo a parcela que teria direito ao acesso. Somente uma pequena parcela dos trabalhadores mais necessitados o conseguiriam. O propósito era diminuir e/ou reparar a problemática social derivada do desigual desenvolvimento econômico, para que não ficassem tão evidentes.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, já sob o contexto de Guerra Fria, o Serviço Social no Brasil recebe inúmeras influências do Serviço Social estadunidense, passando a cientificar a profissão buscando reforços na Psicologia e Sociologia; Há uma dinamização de seus instrumentos de intervenção e sua prática, dividindo-a em Serviço Social de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade.¹⁴

Toda essa influência tem como pano de fundo a tentativa estadunidense de “proteger” os países da onda subversiva socialista que vinha se espalhando pelo mundo desde o fim da Segunda Guerra Mundial, concedendo apoio para que os países pobres se desenvolvessem e pudessem “[...] alcançar um nível de vida mais sadio e mais economicamente produtivo [...]”. (SCANLON, 1965, p.58). Com a posse de Janio Quadros, em 1961, o Serviço Social passa a ser destaque na tarefa de entrar nas comunidades e estimulá-las, vocacioná-las para que pudessem ser capazes de resolver seus problemas individualmente. O Serviço Social para Janio Quadros era “instrumento de democracia” e o homem era “agente de seu próprio bem-estar”.(CBCISS apud AMMANN, 1979) A forte industrialização iniciada no período desenvolvimentista e aprofundada durante o regime militar brasileiro, possibilita uma ainda maior abertura do mercado para o Serviço Social, porém com uma diferenciação, a partir do período ditatorial toda a estrutura do Estado passa por uma reorganização: a chamada

¹⁴ “[...] se emprega o Serviço Social de Caso junto a pessoas com problemas e dificuldades de relacionamento pessoal e social, ou seja, de inter-relacionamento[...] O objetivo do Serviço Social de Grupo é, em última análise, capacitar os membros do grupo para uma efetiva participação no processo social [...]desenvolverem ou aperfeiçoarem suas potencialidades de relacionamento.” (Documento de Araxá, 1967, p.33-34) Segundo a ONU em 1962, Desenvolvimento de Comunidade é o “processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país” (CBCISS. Desenvolvimento de Comunidades Urbanas e Rurais. Rio de Janeiro, 1962, p.25 apud AMMANN, Safira B. Ideologia do desenvolvimento de Comunidade no Brasil. Tese de Livre docência, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1979. p.23)

modernização conservadora¹⁵. Isto altera as esferas responsáveis por responder à questão social, logicamente englobando o Serviço Social, este vê sua organização e sua prática serem redimensionados junto com o Estado. “A principal característica da tendência de modernização conservadora é a de manter a profissionalização, sem engajar-se politicamente, refletindo a ideologia da neutralidade.” (FALEIROS, 1985, p.43)

É demandada ao Serviço Social uma nova postura, mais racional, técnica, moderna, o que acaba por desenvolver um “processo de erosão das bases de sustentação de suas formas tradicionais” (BARROCO, 2008. p.107). A formação profissional também não escapa das exigências de enquadramento técnico ditatorial, esta que tinha acabado de se inserir na dimensão universitária, já se vê cheia de ajustes a serem feitos para adequar-se ao modelo de Serviço Social almejado pela ditadura, o que aos poucos o ajuda a romper com o confessionalismo, paroquialismo e provincianismo no ensino da profissão. (NETTO, 2009, p.124.)

Dentro de todas essas reestruturações e cerceamentos, a categoria pode interagir com outros projetos sócio-políticos de contestação da ordem ditatorial, desenvolvendo internamente um movimento de contestação das práticas tradicionais da profissão, esta adentra então num período de Renovação, o que possibilita a fundamentação para o surgimento do Movimento de Reconceituação do Serviço Social¹⁶ - movimento não apenas brasileiro, que ocorre em outros países latino-americanos.

¹⁵“O termo modernização conservadora foi cunhado primeiramente por Moore Junior (1975) para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Neste sentido, o eixo central do processo desencadeado pela modernização conservadora é entender como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionou o desenvolvimento capitalista nestes países, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e totalitários.” (PIRES, Murilo J. de S. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. Revista Econômica do Nordeste. v.40, n.3, p.412. jul-set.2009) No Brasil, o termo é cunhado principalmente para designar o período após 1964, em que o país passa por um desenvolvimento econômico, modernizador, sem derruir as estruturas tradicionais, onde “ não só se manteve a grande propriedade, transformada da velha propriedade rural em moderna empresa capitalista com mão-de-obra livre, como permaneceram nas mãos da aristocracia rural mecanismos de dominação política(vínculos de dependência pessoal), facilmente confundíveis pelos partidários da via clássica com os traços servis do feudalismo.”(MANTEGA, Guido. Marxismo na Economia Brasileira. In SZMRECSÁNYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson (Orgs.). História Econômica do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Hucitec, p.153.1997. Para a profissão, na modernização conservadora, de mesmo período que o datado na nota anterior “redefine-se a base da legitimidade profissional ao se redefinirem as exigências do mercado de trabalho e o quadro da formação para ele.” (NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do serviço social no Brasil pós 64. 13. ed. São Paulo: Cortez, p.127. 2009.

¹⁶“Um notável movimento de renovação do Serviço Social surge nas sociedades latino-americanas, a partir da década de 60, como manifestação de denúncia e de contestação do ‘Serviço Social Tradicional’. Configura-se, então, o que se passa a denominar de Movimento de Reconceituação do Serviço Social, determinado por uma conjuntura de crise e de dependência político-econômica em relação ao imperialismo norte-americano.” (SILVA, M. Ozanira da Silva e (Coord.), O Serviço Social e o Popular,

O processo de Renovação do Serviço Social no Brasil é atravessado por inúmeras disputas entre projetos políticos, incorrendo em três principais direções: a **Perspectiva modernizadora**¹⁷, que foi formulada através do Documento de Araxá, em Seminário realizado na cidade com o nome do próprio documento, datado de 1967 e aprofundado no Documento de Teresópolis de 1970; estes Seminários são as duas grandes representações da perspectiva modernizadora brasileira, porém não se limitando somente a eles. Toda a abertura para uma discussão crítica acaba por sumir nos seminários seguintes, Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984), e aos poucos a Perspectiva Modernizadora foi se afastando dos debates. A segunda direção assumida foi a **Reatualização do Conservadorismo**¹⁸, aonde vimos uma ênfase na produção teórica e forte crítica a herança positivista da profissão, pautada pelo referencial teórico da fenomenologia. Uma terceira direção foi a denominada **Intenção de Ruptura**, inicialmente formulada em Belo Horizonte, como uma terceira direção que não se identificava com nenhuma das outras já mencionadas. Tem suas bases essencialmente dentro da estrutura universitária, e que durante o período da autocracia burguesa, conseguiu desenvolver uma perspectiva crítica mais livremente, visto que dentro da universidade a vigilância não era tão forte e agressiva quanto dentro dos outros espaços sócio ocupacionais em que a categoria se via inserida. Esta perspectiva demorou bastante tempo para tomar visibilidade, que só se deu com o fim da ditadura militar e com a abertura do processo democrático no país.

[...] o ‘método’ que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas

SP, Cortez, 1995, p.71). Existe uma vasta publicação acerca do Movimento de Reconceituação, Cf. Maria Ozanira da Silva e Silva, ALAYÓN, Norberto (org.) Trabajo Social Latinoamericano: A 40 años de La Reconceptualización, Buenos Aires, Espacio, 2007, 2ª edición; IAMAMOTO, Marilda V. O debate contemporâneo da reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. In: O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Ed. Cortez, 2ª edição, cap. 2, 1999, pp. 201/249; FALEIROS, V. P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento. Serviço Social & Sociedade, São Paulo. v. 26, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

¹⁷ “A primeira direção conforma uma *perspectiva modernizadora* para as concepções profissionais – um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64.” (NETTO, 2009, p. 154)

¹⁸ “Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. Essencial e estruturalmente, esta perspectiva faz-se legatária das características que conferiram a profissão o traço microscópico da sua intervenção e a subordinaram a uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional; mas o faz com um verniz de modernidade ausente no anterior tradicionalismo profissional, à base das mais explícitas reservas aos limites dos referenciais de extração positivista.” (Ibid. p.157)

próprias do tradicionalismo; envolvendo todos estes passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional, abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social. (NETTO, 2009. p. 276)

A intenção de ruptura possibilitou ao Serviço Social uma reformulação crítica da profissão. É na tentativa de ruptura com o antigo tradicionalismo e conservadorismo que uma parcela da profissão se engaja de vez na militância política, e se aproxima então do marxismo. Na busca de uma nova identidade crítica para a profissão, donde aproximada do marxismo sem Marx¹⁹, que esta percorre caminhos em que por vezes se vê desprofissionalizada, quando transporta mecanicamente valores e concepções de tempos e locais diferentes da sua realidade, se vendo mais como militância do que profissão. Anos depois, com o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (mais conhecido como Congresso da Virada), em 1979, e a abertura política do país, após longos anos de ditadura, a profissão pode de fato amadurecer na reflexão das bases marxistas, e concretizar as conquistas feitas nos anos anteriores no que diz respeito a organização política da profissão, a opção em defesa das classes desprivilegiadas, etc.

Na década de referência da pesquisa, os anos 80, o Brasil passou por modificações políticas como a intensificação do processo de redemocratização do país proposto ainda em 1974, por Ernesto Geisel (abertura política “lenta e gradual”), que incidiram na forma de organização política brasileira. O Brasil, desde o final do “milagre econômico”, em 1973 (período de produção e industrialização acelerada em que o Brasil chegou a ser uma das maiores economias do mundo), passava por uma grave crise social, agravada principalmente pela grande produção por parte das indústrias, e baixo consumo por parte da população já que a mesma não era suficientemente remunerada para o consumo, o que levou o governo brasileiro “a tomar empréstimos externos para financiar a produção” (SCHMIDT, 2007, p. 752) e a elevar os preços dos produtos provocando uma avalanche que recaía na sociedade.

Foi em um contexto de efervescência social, de manifestações pelas eleições diretas para presidente, de redemocratização do país e, posteriormente, pela elaboração

¹⁹ Também chamado “marxismo vulgar”, possui como característica típica segundo Lessa (1996), a “afirmação da determinação direta da subjetividade pelo mundo material e a redução do indivíduo a trágico da infra-estrutura” (p.11-12). Esse “marxismo sem marx” foi bastante difundido no Brasil pelo francês Louis Althusser com sua teoria de infra e superestrutura.

de uma Constituição Democrática em 1988, que ocorreram modificações no fazer e pensar do Serviço Social, redimensionando a profissão que acumulara desde a década de 60 experiências paralelas aos movimentos políticos das classes subalternas, organizando a categoria juntamente com esses, onde passa a assumir a opção pelas classes subordinadas.

Só no início dos anos 90, depois de uma busca incessante por uma teoria que subsidiasse a compreensão da especificidade da prática profissional, o serviço social incorpora-se a vertente critico-dialética, fazendo um resgate dos aspectos ontológico-sociais da profissão e consegue garantir o projeto ético-político do Serviço Social, que toma consistência no ultimo Código de Ética em 1993, na Lei de Regulamentação da profissão, também de 1993, e nas Diretrizes curriculares para o a formação em 1996. (SANTOS, 2007)

3.0. O PODER NA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL: A LITERATURA BRASILEIRA DE SERVIÇO SOCIAL NA DÉCADA DE 80.

Durante o período de seleção dos textos, percebeu-se o grande esvaziamento do assunto e muito mais do referencial teórico adotado nesta pesquisa, na bibliografia da profissão. Do universo de fontes pesquisadas, foram selecionadas apenas três livros, sendo destes, separados apenas alguns capítulos.

LIVRO	CAPÍTULOS
<i>As funções sócio-institucionais do serviço social – Jean Robert Weisshaupt(Org)</i>	<ul style="list-style-type: none">• Parte II – A prática Institucional 3 – As Atividades Profissionais como Processo de Apropriação 4- O produto da Prática como Objeto Apropriável 5. As condições de Apropriação: Autonomia e Reconhecimento Profissional
<i>Saber Profissional e Poder Institucional – Vicente de Paula Faleiros</i>	<ul style="list-style-type: none">• Parte I – A instituição: poder e saber Cap.1 – Política social e Serviço Social Cap.2 – Espaço Institucional e espaço profissional Cap.3 – Serviço Social nas Instituições – hegemonia e prática Cap.4 – Instituições de desenvolvimento, burocracia e trabalho profissional <ul style="list-style-type: none">• Parte III – Saber e poder Cap.7 – Dialética e trabalho social
<i>Relações Sociais e Serviço Social– Raul de Carvalho e Marilda Vilela Iamamoto</i>	<ul style="list-style-type: none">• Parte I – Proposta de Interpretação histórico-metodológica Cap.2 – O Serviço Social no Processo de Reprodução das Relações Sociais.

3.1. “AS FUNÇÕES SÓCIO-INSTITUCIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL.”

As funções sócio-institucionais do serviço social, organizado por Jean Robert Weisshaupt, datando de 1985. O livro possui seu centro na pesquisa homônima ao título do livro feita entre as décadas 70/80 no Nordeste brasileiro, e para melhor apreensão da mesma e dos capítulos que se seguem, optou-se por incluir na leitura todo o livro, mas na análise, somente os capítulos 3, 4 e 5 da *Parte II*. Elaborou-se uma tabela com os discursos já encaixados em seus eixos correspondentes:

As funções sócio-institucionais do serviço social- Jean Robert Weisshaupt	
Eixo 1. Dominação	Eixo 2. Resistência
<ul style="list-style-type: none">• Burocratização da prática;	<ul style="list-style-type: none">• Identificação pelos assistentes sociais de problemas na formação acadêmica da profissão;
<ul style="list-style-type: none">• Desconfiança no usuário;	<ul style="list-style-type: none">• Capacidade de influencia nas decisões através do conhecimento da especificidade da profissão;
<ul style="list-style-type: none">• Não discussão, por vezes, dos critérios com os usuários;	<ul style="list-style-type: none">• Possibilidade de discussão dos critérios de seleção com o usuário;
<ul style="list-style-type: none">• Reforço de comportamentos julgados como adequados aos usuários e controle comportamental;	<ul style="list-style-type: none">• Problematicar teoricamente as situações;
<ul style="list-style-type: none">• Fragmentação da realidade, perdendo a dimensão global do problema;	<ul style="list-style-type: none">• Institucionalizar politicamente as ações sociais
<ul style="list-style-type: none">• Desprofissionalização: Deslocamentocaráter político da relação usuário/assistente social para a esfera interpessoal;	<ul style="list-style-type: none">• Enfrentar seu caráter assistencialista e formal da prática, racionalizando os ‘desvios’ de suas funções;
<ul style="list-style-type: none">• Sobreposição do saber do assistente social ou da instituição ao do usuário;	<ul style="list-style-type: none">• Afirmção e incentivo ao reconhecimento do usuário como sujeito de direitos;

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Ilusão de neutralidade científica que despolitiza a prática profissional. | |
|---|--|

A pesquisa referência do livro “objetivava uma avaliação do seu- do serviço social - potencial prático, a partir das atividades distintas efetivamente desenvolvidas pelos assistentes sociais.”(WEISSHAUPT, 1985,p.140) Para tal, foram entrevistados assistentes sociais, clientes e chefias em inúmeras instituições nos estados do nordeste brasileiro entre as décadas 70 e 80.É interessante ressaltar que na bibliografia indicada para os pesquisadores, aparecem duas obras de Foucault e alguns livros de José Augusto Guilhon de Albuquerque (um dos principais tradutores de Foucault no Brasil), proporcionando um discurso bastante carregado de categoriasessencialmente ligadas ao referencial teórico aqui escolhido, facilitando por vezes a análise.

O Capítulo 3, intitulado “*As atividades profissionais como processo de apropriação*”, mostra que o assistente social para referenciar a sua prática pode ser visto a partir do contexto institucional interno ou externamente e na relação com o “cliente”²⁰. Sendo assim, grande parte do capítulo é dedicada a explicitar melhor esta relação, desde sua estruturação, aproximação até a resolução das “situações-problema”. No detalhamento dessa relação o livro situa, nas entrevistas, partes relevantes que possam demonstrar com mais exatidão o modo como aquela acontece segundo os relatos identificados. O capítulo 4, “*O produto da prática como objeto apropriável*”, segundo o próprio livro tenta: “aprofundar a hipótese sobre o objeto institucional do Serviço Social”, e por fim o capítulo 5, “*As condições de apropriação: Autonomia e Reconhecimento profissional*”, derradeiro no livro, debruça-se sobre os conflitos de lealdades e expectativas na prática profissional, o poder do serviço social, sua autonomia. Tentou-seinterligar as exposições dos três capítulos, para que pudessem se articular e seguir uma ordem inteligível aqui.

²⁰ O termo “cliente” caiu em desuso, devido a sua aproximação com o termo clientelismo característica das formas tradicionais do serviço social, que “se caracteriza por uma forma de espoliação do próprio direito do trabalhador de ter um acesso igual aos benefícios sociais, pela intermediação de um distribuidor que se apossa dos recursos ou dos processos de consegui-los, trocando-os por formas de obrigações que se tornam débitos da população” (FALEIROS, 2011, p.51), sendo substituído por “usuário”, refletindo uma maior proximidade com a esfera dos direitos, onde assim o usuário é sujeito de direitos.

Segundo o texto, a relação assistente social/cliente não somente faz parte, como é fator decisivo para efetivação da ação profissional. Na pesquisa a sua importância foi demonstrada nos depoimentos em ambos os lados da relação. Essa relação é condição para que o serviço seja prestado, e estabelecê-la de modo harmonioso entre as partes é de grande importância, “antes de passar a prestação do serviço propriamente dita, precisam estabelecer os termos do contrato e reconhecer a boa fé recíproca.” (WEISSHAUPT, 1985, p.81), essa relação deve ser harmoniosa não só para que o usuário aceite bem o assistente social, mas também e principalmente a instituição. O primeiro ponto identificado no eixo de dominação da profissão no texto foi justamente a burocratização dessa relação, que se vê aprisionada em critérios institucionais, onde tudo seria predeterminado pela instituição: o problema, o diagnóstico, a metodologia a ser usada. Por vezes é como se houvesse um guia onde as situações pudessem ser facilmente encaixadas pelo serviço social, logo facilmente resolvidas, abstando inúmeras vezes o usuário, considerando-o assim como incapaz de resolver seus problemas e destituído de saber e de sua autonomia na resolução de seu caso.

A expressão de sua auto-avaliação e de sua atitude frente à situação é silenciada; a oferta institucional sobrepuja a demanda social. [...] O cliente deixa de participar da definição do ‘seu’ problema [...] O cliente acaba alienado: a instituição tem reserva de domínio sobre ‘seu’ problema. (WEISSHAUPT, 1985, p.82)

O Serviço Social automatiza assim as soluções programadas pela instituição, não vai além e estagna sua ação na demanda inicial do cliente, não utiliza a oportunidade de aprofundar e descobrir se esta demanda é apenas uma dentre as inúmeras que o usuário necessita. O assistente social particulariza a situação e deixa de referenciá-la numa perspectiva social, individualizando caso por caso enquadrado nas predeterminações institucionais, funcionalizando as relações sociais e fragmentando uma realidade em detrimento de uma noção global do problema.

Segundo o livro, o profissional deve perceber que apesar das dificuldades apontadas, possui influência em vários pontos da ação, como a aplicação dos critérios de seleção dos usuários.

Embora exista uma norma como referência e escape ao assistente social a decisão final, quando ele tem consciência de sua especificidade, sua autonomia técnica é bastante grande, e seu poder

de influenciar na decisão é maior do que em geral ele reconhece.
(WEISSHAUPT, 1985, p.89-90)

Por vezes o que dificulta uma ação qualificada do assistente social são as diferentes expectativas dos envolvidos em suas relações cotidianas. A instituição em geral prima por produtividade, adequação dos comportamentos em uma direção onde a mesma se beneficie. O cliente quer a satisfação de suas necessidades pessoais e individuais, e o assistente social luta para conciliar essas duas demandas quase antagônicas junto com as suas, para aprimorar sua prática e ser reconhecido profissionalmente. É essa uma das principais dificuldades do assistente social, trabalhar numa arena de interesses que, por vezes se chocam cotidianamente. O assistente social se vê num embate onde ele atua predominantemente como mediador, possuindo compromisso com todos. O compromisso com o usuário é constantemente redimensionado para a esfera organizacional de acordo com os interesses da instituição, assim os interesses do usuário ficam em segundo plano.

A prática do serviço social se vê cerceada por limitações, sejam internas ou externas²¹, algumas vezes materiais, que conferem obstáculos a seu exercício, interferindo na autonomia do assistente social em vários momentos, impedindo-o constantemente de realizar uma prática qualitativa e ameaçando sua perícia. O assistente social se desprofissionaliza quanto mais se liga a aspectos administrativos e burocráticos; segundo o texto, o assistente social deve compreender e ter domínio dos seus desvios assistencialistas e formais, para poder de todas as maneiras racionalizá-los na sua prática.(WEISSHAUPT, 1985)

As instituições estabelecem seus critérios, normas, de acordo com aquilo que a beneficia, e “nas instituições em que predominam modelos ideológicos, como a Igreja, por exemplo, a definição dos critérios de elegibilidade será função da adequação a estes modelos.” (WEISSHAUPT, 1985, p.88)

A pesquisa mostra que no primeiro contato com o usuário cabe ao assistente social fazer a explicitação dos direitos e deveres do mesmo, que segundo os assistentes sociais, trata-se de uma interpretação, mas na realidade, nada mais é que uma exposição daqueles aos usuários, o que sempre que possível é lembrado aos mesmos. Assim

²¹ Weisshaupt (1985, p.150-151) põe como limitações internas, aquelas “inerentes ao objeto de prática [...] ao próprio serviço social, seja teórica ou praticamente” e externas “devido à organização institucional onde a prática se efetiva[...] interferência da racionalidade(organizacional) e da legitimidade(institucional) nos elementos nucleares da prestação do Serviço Social[...].”

sendo, no texto temos o questionamento se talvez isso não seja uma forma de relembrar ao usuário a sua função de subordinado; trata-se de uma questão delicada, mas quando considerada a estrutura dessas instituições mais fechadas, a necessidade de expor a maneira como as “coisas funcionam” é essencial para seu funcionamento e manutenção. Mesmo com a predeterminação destes critérios, o assistente social pode discutir com o cliente sobre eles, incentivando a participação e direito a fala do usuário, mas como foi demonstrado na pesquisa, não é toda vez que isso acontece.

Revelou-se uma característica de desprofissionalização durante a triagem no início do atendimento, pois na necessidade de mostrar disponibilidade para o cliente, deixavam que outros profissionais realizassem esse atendimento inicial, e quando atendiam tentavam resolvê-lo da forma mais rápida possível, mesmo que talvez essa solução não seja a mais completa que estaria ao seu alcance e beneficiaria muito mais o usuário.

O comentário de um dos assistentes sociais nas entrevistas do livro demonstra essa prática: “Se a solução imediata for viável, o caso é prontamente resolvido porque a empresa exige rapidez e produtividade” (AS, p.92) ²², um aspecto interessante, pois agora é requerido ao assistente social uma automação de suas tarefas que passam a ser quase mecânicas, que devido a exigências e predeterminações institucionais somadas resultam numa resposta direta, seca, esvaziada da profundidade crítica própria do exercício do serviço social à demanda do usuário. A profundidade só é exigida quando é de interesse da instituição. Fazendo uma relação com o código de ética profissional, seja o atual, de 1993, seja o em vigor na época da pesquisa, 1975, esta postura fere ambos, pois no código de 1975 podemos ver claramente no Capítulo II – Dos Deveres:

Art 5- São deveres Assistente Social:

II- Nas relações com o cliente:

a- Utilizar o máximo de seus esforços, zelo e capacidade profissional em favor do cliente; (BRASIL. Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 30 de janeiro de 1975)

Também no código de 1993, quanto aos princípios fundamentais da profissão: “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados a população [...]” (BRASIL, 1993), ou seja, aquela se caracteriza como uma postura de total desprofissionalização.

A necessidade de responder rapidamente aos problemas, as questões, além de produtividade, advém da necessidade institucional de inspirar comportamentos

²² Depoimento de Assistente social entrevistado na pesquisa referência do livro.

adequados nos usuários, demonstrar o tipo de comportamento a ser seguido e aceito na instituição.

Entendendo a relação de gratificação-sanção do poder disciplinar, ao evidenciar um comportamento adequado, se polarizamos atos: os bons e os maus comportamentos, arrolando essa dualidade bom/mau para uma personificação nos próprios indivíduos, não teremos somente os bons e maus comportamentos, teremos bons indivíduos e maus indivíduos, onde os bons terão a possibilidade de gratificação, promoção e servirão de exemplos como funcionários modelos, e os maus certamente sofrerão suas sanções, miropenalidades, vexações e se tornarão o tipo de modelo a não ser seguido.

O assistente social não estabelece um controle direto sobre o indivíduo, mas é capaz de produzir e reproduzir efeitos comportamentais no mesmo, o que reforça uma relação de dominação entre os dois, normalizadora e disciplinar. (WEISSHAUPT, 1985)

A instituição através do assistente social estabelece os sinais de representação naquele espaço, e o assistente social os repassa aos usuários de forma que este seja capaz de entendê-los e incorporá-los, reproduzindo-os cotidianamente quase que automaticamente. Trata-se de dar continuidade a essa normalização fiscalizando os comportamentos dos que estão ao seu lado, no seu mesmo patamar, ficando a espreita para uma falha alheia que possa rebaixar quem infringe e elevar quem denuncia na hierarquia institucional.

O autor relata que em instituições mais rigorosas, como internatos, ajustar os indivíduos às normas provocam principalmente o controle comportamental e asseguram a manutenção da disciplina dentro da mesma. Os assistentes sociais mesmo reconhecendo e percebendo que deveria se efetivar como um processo de reflexão conjunta, acabam utilizando de persuasão ou medidas disciplinares. (WEISSHAUPT, 1985)

Em instituições abertas, a prática tende a ser menos rígida quanto aos comportamentos, exigindo muito mais da dimensão jurídico-legal e avaliação dos critérios econômicos. Esses mesmos, sendo exigências institucionais para concessão de benefícios, acabam por sobrepor-se na relação, e o assistente social ao invés de focar na necessidade do usuário, fica preso nesses entraves burocráticos, como se estes fossem o foco da relação, sendo que muitas vezes, até a “privacidade do cliente pode se ver ameaçada” (WEISSHAUPT, 1985, p.117).

O assistente social para capturar essas informações, insiste numa relação interpessoal que acaba tirando a dinâmica política dessa relação e dos próprios usuários, possibilitando também - já que esta é encarada quase como uma amizade - facilitar assim o acolhimento das decisões da instituição. Despolitiza também a si mesmo e a própria prática, quando insiste em uma neutralidade científica para guiar suas ações, o que, em realidade corrobora para a perpetuação de uma relação de poder estática, pois não se posiciona, não direciona sua ação. Para o autor, o “assistente social precisa, teoricamente, problematizar as situações e, politicamente, institucionalizar as ações sociais.” (WEISSHAUPT, 1985, p.90)

A mecanização da ação profissional mencionada anteriormente, essa necessidade de resposta imediata, produtividade a mil, produz efeitos verticais na relação assistente social e usuário, onde o saber do assistente social é sobreposto ao do usuário. No texto fica clara a posição de que a institucionalização burocratizada do saber profissional acarreta a perda por parte do usuário de seu objeto, de sua realidade, de sua capacidade de refletir sobre si, seu saber torna-se sujeitado, o usuário fica restrito apenas em expor seus “sintomas” e o assistente social passa a ser aquele que possui um saber técnico, dotado de verdade em que poderia numa relação verticalizada impor-se sobre o saber sujeitado do usuário, saberes esses que seriam vistos então como “saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos.” (FOUCAULT, 2005, p.12)

Através do reconhecimento dos usuários, o assistente social acaba se figurando como “provedor” dos bens, serviços e direitos. Assumindo a figura de “provedor” ele é capaz de trabalhar com o usuário sua imagem de sujeito de direitos (WEISSHAUPT, 1985, p.131), o que foi comprovado nas entrevistas da pesquisa.

Outra conclusão da pesquisa do livro foi que o nível de fechamento das instituições aparenta estar diretamente ligado às diferenças entre as práticas de controle comportamental; como demonstração o autor enumera diversos tipos de instituições e as contextualiza quanto ao controle em cada uma.²³ Pode-se relacionar então esta afirmação do autor, com o fato - já mencionado brevemente no primeiro capítulo deste trabalho - de que para melhor organizar uma quantidade de indivíduos era necessário estabelecer um “cerco”, um local específico e sem interferências exteriores, podendo

²³ Cf. WEISSHAUPT, 1985, p.128.

assim melhor administrar a dominação sobre cada um, organizando-os e controlando suas ações, um verdadeiro panóptico.

Alguns dos assistentes sociais entrevistados, disseram que durante a triagem, aumentam o rigor desta, pois acreditam que os usuários viriam já “maceteados”, e poderiam corromper o objetivo institucional em benefício próprio, demonstrando um discurso recheado de desconfiança nos usuários, o que mais uma vez reflete uma burocratização da prática do assistente social. Nesse caso ele opta por fortalecer a instituição e seus objetivos ao desconfiar previamente do usuário e tentar de alguma maneira pegá-lo em suas intenções “vis” que maculariam a instituição.

Na pesquisa foi denotado também que o cliente percebe que o assistente social por vezes não consegue executar algumas ações por limites institucionais. Os assistentes sociais ressaltaram, assim, a insuficiência da formação acadêmica quanto ao contexto institucional e seus meios burocráticos. O estudante desconhece a prática e, portanto, tem dificuldades de articular os elementos desta.

Em abordagens grupais, o profissional muitas vezes se utiliza de métodos pedagógicos, pois encara o processo como “educativo [no intuito de] aliviar tensões emocionais”²⁴ do usuário. A tônica dessas ações é basicamente paliativa e tem como principal função integrar e controlar para fortalecer a organização. Desse jeito é necessário integrar, porém sempre com a cautela de não estabelecer uma coletividade, apenas socializar, mas que cada um perceba os outros como indivíduos isolados, podendo comparar assim a uma sociedade como a “Oceania” do livro 1984, de George Orwell, em que existe uma camaradagem, mas nunca de coletividade, cada um observará os passos dos outros, para denunciá-los e sancioná-los de algum jeito, não só corrigindo-os, mas “vaporizando-os”.

O livro termina com uma “conclusão hipotética” sobre todos esses aspectos da prática profissional evidenciados na pesquisa, onde a autonomia do assistente social dependeria do tipo de instituição em que se insere e de sua habilidade, no seu espaço sócio ocupacional de preenchê-lo profissionalmente, não deixando o *serviço* se sobrepor ao *social*. (WEISSHAUPT, 1985)

3.2. SABER PROFISSIONAL E PODER INSTITUCIONAL

²⁴ Extraído de entrevista com assistente social da pesquisa referida.

O livro *Saber Profissional e Poder Institucional*, de 1985, têm como autor Vicente de Paula Faleiros, e se trata de uma compilação de diversos textos, artigos, conferências.

Saber Profissional e Poder Institucional - Vicente de Paula Faleiros	
Eixo 1. Dominação	Eixo 2. Resistência
<ul style="list-style-type: none"> • Tradição de relações interpessoais na prática profissional 	<ul style="list-style-type: none"> • Resistências cotidianas ao privilegiar o usuário em diversos momentos na ação profissional.
<ul style="list-style-type: none"> • Predeterminação do problema pela instituição. 	<ul style="list-style-type: none"> • Usar o conhecimento profissional para que sirva à produção de conhecimentos por parte das organizações populares.
<ul style="list-style-type: none"> • Confundir objetivos profissionais e institucionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e estimular mediações para o controle democrático dos recursos institucionais pelo povo;
<ul style="list-style-type: none"> • Usar o saber profissional como competência legitimada pela instituição, para deslegitimar e desmobilizar as organizações populares; 	<ul style="list-style-type: none"> • Repensar as relações população-Estado como relações de forças e numa perspectiva teórica aberta e capaz de traduzir-se metodologicamente.
<ul style="list-style-type: none"> • Usar os usuários como meio de alcance para realização profissional, conquista de status e poder. 	<ul style="list-style-type: none"> • Repassar os dados da população para a mesma, possibilitando autoconhecimento de sua realidade;
<ul style="list-style-type: none"> • Objeto de intervenção profissional deixa de ser o problema social para ser a perturbação da ordem institucional; 	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitar a comunicação entre profissional e usuário;
	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar o controle democrático dos recursos pela população

Faleiros começa fazendo uma análise crítica, com uma retrospectiva sobre a atuação do serviço social e as políticas sociais num contexto latino-americano. Ressalta a tradição de relações interpessoais na prática profissional, onde a personalidade, os valores do assistente social influenciavam e decidiam o rumo da população usuária. A

solução dos problemas desta tinha que estar localizada ali, naquela relação imediata, frente ao assistente social que se propunha ser, através de uma concepção humanista, a figura da pessoa boa, que quer ajudar e ouvir o usuário. Assim as relações de poder tomam forma de relações pessoais. (FALEIROS, 2011)

Esse ouvir o usuário, esse acolher, configura-se entre táticas, mecanismos eficazes, ordenados, inseridos no interior de grandes estratégias que assegurem uma dominação social. (FOUCAULT, 2011a) Dominação que encontra no assistente social uma das pessoas ideais para normalizar a população. Inicialmente era necessário fazer a população aceitar os problemas, desistir deles ou se esforçar mais na sua resolução. Em seguida, a atividade passa sutilmente a fazê-los entender como devem ser, que tipo de valores possuir, ou seja, adestrá-los como os segmentos dominantes desejarem.

Travestir relações de poder como relações pessoais obscurece a realidade onde tanto o usuário como o assistente social é inserido. O usuário dessa maneira é culpabilizado de seus problemas, a pobreza é vista como uma patologia que o aflige, a coletividade fragmentada, as relações de poder ao seu redor são despolitizadas e sua solução focalizada na dimensão interpessoal.

Avançando nessa lógica, a eficiência e eficácia se tornaram questão constante na ação profissional. Era necessário resolver o maior número de problemas no menor tempo possível, utilizando a menor quantidade de recursos, devendo obedecer a um roteiro rígido, burocrático que na maioria das vezes homogeneiza as situações e restringe a ação do assistente social, já que os problemas são predeterminados pela instituição bem como as soluções para os mesmos, direcionando e encaixando a ação profissional no esquema das normas institucionais.

A predeterminação do problema pela instituição, nessa situação ocasiona que o enfoque das soluções de cada caso ficasse isolado em si, perdendo a noção global do problema, bem como a isenção do usuário de sua autonomia e participação nos próprios problemas. Segundo o autor, muitas pesquisas da época mostram que há uma confusão, uma dificuldade em distinguir objetivos profissionais e objetivos institucionais, o que dificulta uma ação qualificada em direção ao usuário, pois os seus interesses acabam mesclados com os da instituição, um acaba sobrepondo o outro, ou então os objetivos profissionais terminam se identificando com os da instituição e o assistente social nada mais faz do que repassar as normas e a lógica apaticamente. Para Faleiros, isso se deve ao contexto institucional onde o assistente social se insere e a inconsistência teórica da profissão na época. Analisar a prática profissional através das situações concretas em

que se dão, revela uma série de fatores desta ação, como a situação de subordinado do assistente social nas decisões da instituição juntamente com a condição de assalariado em que o assistente social se encontra, demonstrando que este partilha das mesmas condições de venda de sua força de trabalho e exploração que o usuário. Apesar de ser legalmente definida como profissão liberal, na realidade esta não se exerce como tal.

Com a necessidade de globalmente entender a atuação profissional, veio junto a percepção de sua capacidade de reprodução da força de trabalho, de fortalecimento desta e de como também poderia contribuir para o processo de acumulação capitalista. Para o autor: “O trabalho profissional de informação, encaminhamento, terapia, planejamento, animação, destina-se à reintegração da mão-de-obra às novas exigências da acumulação do capital, baseadas no avanço tecnológico” (FALEIROS, 2011, p.40)O desenvolvimento da capacidade de repassar para a população uma série de gastos do Estado, produziu cada vez mais a categoria “cidadão” envolta da lógica de contribuição, tornar-se sujeito está cada vez mais diretamente ligado a sua capacidade de contribuir, os que não o fazem são excluídos de uma série de serviços.

O trabalhador em geral não consegue suprir as suas necessidades e de seus dependentes com apenas a venda da sua força de trabalho. Para que ele possa complementar essas necessidades, recuperar suas forças e dispô-la ao capital no dia seguinte, é que o Estado disponibiliza alguns benefícios e serviços, bem como para aqueles que não conseguem mais ser aderidos ao mercado de trabalho poderem ao menos ser incorporados no mercado de consumo.

Os assistentes sociais se encaixam entre os profissionais necessários ao Estado para fiscalizar e intervir para o sucesso dessa contribuição, mas “a fiscalização recai sobre o cidadão e não sobre as próprias condições que geram o problema” (FALEIROS, 2011, p.25). Ou seja, é necessário manter e reproduzir aquilo no trabalhador que é de interesse capital, mas o que diz respeito à raiz do problema, as condições geradoras da questão social, não é de interesse que entre na pauta, o necessário é manter um mínimo suficiente para conter os ânimos da população e manter a reprodução capitalista.

Apesar da dimensão de contribuinte, as relações interpessoais - dentre inúmeros outros fatores - ainda interferem no recebimento dos benefícios que viriam com essa contribuição, pois estas estão encharcadas de paternalismo e clientelismo, onde, igualmente denotado na pesquisa de Weisshaupt, a crença de se mobilizar pela busca de direitos cai por terra em favor de um investimento nas relações de favoritismo.

A intenção de alguns benefícios é basicamente integrar aquele que estava excluído do mercado de consumo, para que a roda de lucro continue a girar, mas dentro de um “mercado especial” já que seu acesso é limitado à entrada em algumas poucas portas, dentre as tantas portas prometidas pelo mercado de consumo capitalista. Os segmentos populares tem acesso a itens inferiores aos da classe dominante, a segregação pode ser percebida mesmo arquitetonicamente, onde cada grupo tem sua posição na sociedade e lugar na disposição espacial dos aglomerados urbanos.²⁵

A sociedade é permeada por relações de poder assim como as instituições. Estas últimas fazem parte da estratégia de organização da sociedade segundo os moldes das classes dominantes, o que implica controle e consenso da população de um modo que possa abafar então qualquer manifestação, enfatizando a solução dos problemas sociais na esfera institucional, manipulando os grupos para seu favorecimento, afastando qualquer ameaça a lógica de acumulação que, segundo o autor deve ser vista como um processo contraditório e ser observado de acordo com seu desenvolvimento histórico em cada local. (FALEIROS, 2011).

Com esse intuito é que são impostas disciplinas e normas para os corpos desordenados, de maneira a alinhá-los, docilizá-los e ampliar ao máximo sua produtividade. Disciplinas e normas que o acompanharão em todo o desenrolar de suas vidas, normalizando comportamentos e condicionando indivíduos e estes padrões requeridos. Controlar um grupo de pessoas diversas e dispersas é um intento bem mais trabalhoso do que em um grupo com pessoas que seguem e obedecem um padrão, portanto a necessidade de normalizar é o foco de muitas instituições. Cada instituição, como foi enfatizada na análise do texto anterior, possui suas normas e regras, acatá-las é a única opção para o usuário que necessita dos benefícios para manter sua sobrevivência. E na maioria das vezes, também a de sua família. Seguir as normas é entrar numa lógica onde as instituições tem legitimidade para fiscalizar e controlar suas vidas e seus bens – é um cerco disciplinar - verificando assim o cumprimento das regras.

Aqueles que não aceitam as normas e disciplinas se tornam os revoltados e malvistos da sociedade, o que vem associado muitas vezes com sanções e punições dentro ou fora das instituições, os normalizados são reconhecidos como bons indivíduos, já aqueles que não obedecem à normalidade, resta-lhes as sanções e o papel

²⁵Cf. RAGO, 1985, p.163-203

de mau sujeito. O usuário se vê de frente com uma gama de profissionais, entre eles o assistente social, e entre estes profissionais, como Faleiros denota há uma disputa pelo controle do atendimento, pelo poder de decisão, pelo topo de algum tipo de hierarquia de poder e manipulação entre as profissões, assim “a clientela se transforma em ‘meio’ para a realização profissional, a conquista do *status* e do poder”. (FALEIROS, 2011, p.37. grifo do autor)

Para Faleiros, a intervenção profissional é uma relação de forças, - assim como a relação população/Estado - onde sua ação e saber podem fortalecer a população e suas organizações, bem como podem desmobilizá-las e reforçar o processo de acumulação que as subjugam, o desafio, segundo ele, está em articular esses dois fatores. O saber profissional possui legitimação institucional, por isso prevalece na relação com o saber do usuário, podendo acarretar a sujeição deste sob aquele. Usar o saber profissional para fortalecimento da população usuária e suas organizações é uma das formas de resistência profissional:

as resistências cotidianas se traduzem em formas de burlar a aplicação das normas, em incluir pessoas não previstas nos critérios preestabelecidos, em baratear as formas de acesso, em permear os espaços definidos previamente com contrapoderes que rearticulam certos critérios.(FALEIROS, 2011,p.26)

Planejar sua ação de maneira que possibilite o controle democrático dos recursos pelos usuários também é importante, mas para concretizar todas essas resistências, é necessário pensar o saber profissional, denotado pelo autor, como um saber estratégico. Investi-lo em favor do usuário requer um aprofundamento da situação, tanto global como institucional, ou seja, uma análise de conjuntura, tendo conhecimento dos limites e possibilidades de atuação, das correlações de forças, de onde o profissional pode investir para qualificar sua prática, se situando globalmente, mas sendo capaz de perceber muito claramente as relações da esfera micro. Não adianta homogeneizar os problemas, cada local e tempo determina o conjunto de fatores a influir socialmente, bem como o tipo de instituição em que o assistente social está inserido.

É necessário fazer uma análise mais profunda das instituições e questionar não somente a relação dessas instituições, mas a relação dessas instituições com o contexto global de acumulação do capital e de luta de classes [...] localizar o lugar do profissional nessa totalidade concreta. (FALEIROS, 2011, p.63)

Para o autor, mesmo com as dificuldades e limites apresentados é possível usar as instituições para além da generalização de que só servem para controle e adestramento. Repassar os dados da população para a mesma possibilita a esta o conhecimento de sua própria realidade estimulando assim a busca de direitos, e facilitar a comunicação entre profissional e usuário torna capaz um feedback do usuário sobre a ação profissional, instigando a autonomia do mesmo. Já que as relações estatais são inevitáveis - pelo menos na conjuntura atual – o autor recomenda que se utilize essa em favor da relação assistente social/usuário, de forma que consiga formular uma estratégia de fortalecimento da mesma na ação profissional, afirmando um compromisso com as camadas populares.

Segundo o autor as experiências já desenvolvidas para lidar com a relação entre autoridade profissional, dever institucional e compromisso com o usuário, se deram de quatro maneiras: integração ao processo de modernização, mas mantendo o ideal conservador; negação do trabalho institucional onde a ação se desenvolve de maneira alternativa e presente nos movimentos populares; contra-institucionalmente, em que o propósito institucional é questionado; na quarta maneira é formada uma aliança entre os profissionais da instituição e os segmentos populares, na tentativa de modificar a relação vertical entre instituição/ profissional/ usuário, construindo assim as possibilidades de fortalecimento das frações dominadas da sociedade, (FALEIROS, 2011) caracterizando assim uma estratégia de resistência contra a verticalização e normalização controlada dos indivíduos.

3.3. RELAÇÕES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Relações sociais e serviço social no Brasil – Carvalho & Iamamoto	
Eixo 1. Dominação	Eixo 2. Resistência
<ul style="list-style-type: none"> Imposição do assistente social ao cliente, tirando sua autonomia e capacidade de decisão. 	<ul style="list-style-type: none"> Formação de estratégia profissional através do reconhecimento e compreensão de sua participação nos mecanismos de dominação e ao mesmo tempo sobrevivência dos segmentos populares;

<ul style="list-style-type: none"> • Persuasão do assistente social com o cliente para o máximo de adesão com o mínimo de coerção, favorecendo um controle social da população; 	<ul style="list-style-type: none"> • A fluidez do que é o serviço social possibilita ao assistente social apresentar propostas que ultrapassem a demanda institucional;
<ul style="list-style-type: none"> • O caráter pessoal da relação acaba por particularizar os problemas, abstraindo-os de sua característica social. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reorientar sua prática, tendo em consideração um conhecimento aprofundado das forças sociais dentro do ambiente de trabalho, aproveitando ao máximo a relativa autonomia na sua função e seu conhecimento da realidade da população.

Segundo os autores, o serviço social participa da reprodução das relações sociais, e o propósito do Capítulo II- O Serviço Social no Processo de Reprodução das Relações Sociais é o de entender o significado social da profissão, ou seja, como ela faz parte dessa reprodução na sociedade capitalista. O serviço social surge através de um acúmulo de fatores derivados do crescimento industrial dentro da sociedade capitalista como já foi observado no capítulo anterior desse trabalho. Captar o significado social da profissão é perceber sua história dentro de um quadro geral, como ela concretamente se desenvolveu nas instituições em que se vincula e na sociedade, influenciando as gerações seguintes de profissionais. Para os autores é necessário apreender a dimensão contraditória da profissão, já que a mesma se situa num campo de disputas entre os interesses diversos dos grupos sociais. É uma profissão, que embora direcionada a um público, geralmente possui sua ação orientada segundo interesses de outro público, outra classe.

Quando, através de pressões dos setores populares associadas às estratégias de controle das classes dominantes, é demandada a atuação do profissional, que logo em seguida deu origem ao assistente social, esse passa a ter o aval de atuação e “tutoria” junto as classes populares, seu saber e fazer são então legitimados para agir. O Estado não podia mais ignorar as pressões populares, necessitou então - e ainda necessita - de inúmeros agentes institucionais para o desempenho de suas funções de controle social, dentre eles se encontra o assistente social. A demanda desta atividade profissional não parte das classes com as quais atua, ou seja, dos seus usuários, mas faz parte das

reivindicações dos trabalhadores por melhoria de suas condições de trabalho, o que implica melhores condições de vida, já que o sustento dos trabalhadores é essencialmente dependente do seu salário. Respaldo jurídica e institucionalmente, inúmeras vezes os assistentes sociais impõem-se frente ao usuário. A capacidade de resolução e decisão parte verticalmente de assistente social a usuário, acarretando a perda da autonomia deste último, o assistente social toma as decisões ou acaba por impô-las ao usuário, sem que esse possa fazer um processo reflexivo sobre seu problema e como gostaria de resolvê-lo dentro das possibilidades que a instituição poderia oferecer. É mais uma vez o problema da hierarquização de saberes, ao sujeitar o indivíduo seu saber e sua capacidade de refletir vão junto e são normalizados num patamar abaixo de outros saberes, o que inclui o saber do assistente social.

A capacidade de persuasão, devido a sua característica de ação direta com a população, é um dos atributos que mais interessam aos segmentos dominantes no profissional de serviço social. Quanto mais a produção capitalista se desenvolve e se aprofunda, mais severa é a pauperização da população inflamando as tensões entre as classes. As classes economicamente mais abastadas encontram no aparato do Estado todo um suporte, do qual os serviços sociais fazem parte.

No sentido de acalmar os ânimos, prevenindo possíveis protestos, os serviços sociais assumem no cenário da sociedade, papel importante para garantir terreno fértil para o crescimento e reprodução do modo de produção capitalista, garantindo a extração da mais-valia do modo menos dispendioso possível. Os serviços sociais são então intimamente ligados a noção de cidadania.

A política social que orienta o aparato burocrático-legal que implementa os serviços sociais é estabelecida e controlada pelo poder do Estado, existindo, prioritariamente, para assegurar as condições básicas indispensáveis ao domínio do capital no conjunto da sociedade. (CARVALHO; IAMAMOTO, 1995. p.103)

Ao serviço social é demandada a canalização das insatisfações populares para as vias institucionais comandadas pelo Estado de forma que os usuários aceitem as normas e regulamentos das instituições, mas não estagnem apenas na aceitação. As diretrizes devem ser internalizadas e naturalizadas. Através da concretização desses aspectos, desencadeia então uma série de efeitos, como o aumento da produtividade do trabalhador, a redução de entraves à manutenção da produção capitalista e a anulação progressiva da capacidade de organização dos segmentos populares.

A persuasão na atuação do profissional é ativada para fazer com que as normas sejam maximamente incorporadas, desempenhando o mínimo de coerção possível, (CARVALHO; IAMAMOTO, 1995) docilizando os indivíduos para o desempenho de tarefas cada vez mais eficientes. O que geralmente acontece na tentativa de realizar essa adesão as normas – também denotado pelos dois autores das análises anteriores – é a intensificação do caráter interpessoal na relação assistente social/usuário em detrimento dos outros aspectos dessa mesma relação, buscando obscurecer o caráter de dominação nas relações sociais, mas favorecendo a vigilância sobre o usuário. Transformar a relação assistente social/usuário numa relação pessoal despolitiza a realidade abstraindo-a assim das condições histórico-concretas em que se insere, individualiza os problemas responsabilizando os próprios indivíduos por esses, onde cada caso possui uma solução, desconectada dos outros casos, o que segundo Carvalho e Iamamoto (1995) provoca a estereotipação da classe trabalhadora, rotulada como preguiçosa, ignorante, dentre outros adjetivos.

Garantir as condições propícias ao capital implica uma série de mecanismos de controle social, que possibilitem um adestramento da população a determinados requisitos. Dentre os agentes sociais responsáveis para tal, o serviço social desempenha - em caráter auxiliar, como destacado pelos autores - alguns aspectos desses mecanismos de controle, principalmente no que diz respeito à integração e normalização dos indivíduos na sociedade capitalista, onde nessa cada personagem possui seu devido lugar, devendo os indivíduos serem integrados “corretamente” em cada um desses.

No modo de produção vigente, quem monopoliza a riqueza e o Estado, monopoliza também o modo de pensar (CARVALHO; IAMAMOTO, 1995). É partindo dessa afirmativa, que se pode refletir sobre a influência que o assistente social, historicamente subordinado as classes dominantes, provoca na condução das vidas de seus usuários.

A tentativa não é de superestimar a capacidade de persuasão do assistente social, mas perceber sua influência na reprodução de um modo de vida que favorece a minoria detentora dos meios de produção, mas que precisa ser aceita por todos, inclusive, pelos que garantem a produção da riqueza, mas não se apropriam dela. É repassado ao usuário dos serviços sociais – mas não somente pelos assistentes sociais – um modo de viver, pensar e perceber a realidade ao seu redor produzido por aqueles que não pertencem ao mesmo segmento social. Modo esse que permite ajustar os indivíduos segundo os critérios necessários à reprodução desenfreada do capital, enfraquecendo e minando

cada vez mais a sensação de pertencimento coletivo, enfiando goela abaixo um individualismo exacerbado que isola a atenção do indivíduo na periferia do seu próprio umbigo. Um modo de vida que permita assim ampliar a capacidade produtiva do trabalhador, favorecendo aqueles que desejam sugar até a última gota de seu trabalho. Quando esse indivíduo presta atenção ao outro é para fiscalizar suas ações, reprimir os desvios e normalizar as condutas, alicerçando a estrutura que permite que a roda continue a girar no sentido “normal”.

Além desses fatores já mencionados, a atuação do serviço social contribui em diversos outros sentidos para os dois extremos da relação, a exemplo da complementação do salário do trabalhador através dos serviços sociais, potencializando também o lucro dos capitalistas, de modo a manter salários rebaixados. É preferível disponibilizar inúmeros serviços, já que os custos dos mesmos são compartilhados com toda a população, e ainda acabam por serem percebidos como uma doação, ou prova da “boa-fé” do Estado. Oferece condições mínimas de sobrevivência do trabalhador, garantindo a permanente exploração do mesmo, do mesmo modo que contribui para a subsistência da população desempregada disponível para o trabalho, ajudando a manter baixos os níveis salariais devido à quantidade abundante de mão de obra, além de inserir essa população no mercado de consumo.

Compreender o histórico da profissão dentro da esfera de dominação, seu papel na reprodução nas relações socialmente determinadas é o primeiro passo para a formação de uma estratégia profissional de uma prática alternativa, pensada, qualificada, que vai depender de seu posicionamento para se comprometer com um segmento e direcionar sua prática tendo em vista esse comprometimento. Se a opção for pelo fortalecimento dos setores fragilizados da sociedade, o assistente social deve aproveitar a sua relativa autonomia dentro de sua ação profissional em tal sentido, e segundo os autores contribui para isso a fluidez do que é serviço social, abrindo a possibilidade para que os profissionais ultrapassem a demanda institucional, vinculando-se aos interesses da população economicamente prejudicada por este modo de produção. Em outras palavras, trata-se de utilizar o conhecimento concreto sobre as condições de vida dos demandatários dos serviços sociais, associado a bagagem científica e o espaço que ocupa nas instituições, de forma estratégica em favor dos usuários. (CARVALHO; IAMAMOTO, 1995)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção desta pesquisa foi perceber a discussão de poder na prática do assistente social segundo a literatura de serviço social da década de 80 estruturando os discursos nos eixos de dominação e resistência à luz do referencial teórico de Michel Foucault. Logo no início da pesquisa durante a busca pelo material de análise, ficou claro de que Foucault não chega nem perto dos autores mais recorrentemente eleitos para analisar a profissão, o esvaziamento só não se torna total graças a algumas poucas obras.

Apesar de não ser tão utilizado nas análises da prática profissional, a escolha de Foucault se deu pelo interesse em fazer uma análise de poder capaz de depositar a força, o “poder” em todos os cantos, mesmo naqueles indivíduos mais desprivilegiados na hierarquia econômica social. Extrapolar o poder localizado nas classes sociais sem, no entanto, desprover o indivíduo deste conteúdo.

O histórico da profissão foi resgatado desde o seu início quando ainda em suas protoformas mais simples, para que ficasse explícita a íntima relação da profissão com os mecanismos de dominação social, que no seu início era mais perceptível e só com o decorrer dos anos tornou-se uma característica menos evidente. Os textos selecionados para análise após o levantamento bibliográfico, apesar de pertencerem à mesma década e tratarem da prática do assistente social possuem focos diferentes, no livro “As funções sócio-institucionais do Serviço Social” a intenção era uma análise institucional dessa prática, por esse motivo foi realizada uma grande pesquisa que deu origem ao livro. Em “Saber Profissional e Poder Institucional”, Faleiros trabalha através da correlação de forças buscando a formação de uma aliança entre prática profissional e movimentos populares. Já em “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, Carvalho e Iamamoto exprimem a capacidade de reprodução das relações do Serviço Social dentro da produção e reprodução capitalista.

Os resultados da pesquisa trouxeram inúmeros pontos para ambos os eixos e deixaram evidentes os resíduos da herança controladora da profissão ainda produzindo entraves para uma prática qualificada que age segundo as normas do código de ética profissional e direciona sua ação em favor do usuário, assim como ressaltados nas possibilidades de resistências ao processo de disciplinamento e dominação nos textos analisados.

A relação assistente social/usuário é a parte mais palpável da realidade do assistente social, é onde essencialmente a ação profissional acontece. A pesquisa demonstrou essa relação deixando clara uma série de investimentos de poder, onde por vezes um lado se sobrepõe ao outro, o subjuga ou mesmo o anula de diversas formas. Uma dessas formas é através da burocratização da relação, ou seja, o lado institucional pesa mais que o do usuário para o assistente social, que se utiliza de modelos pré-moldados institucionalmente para analisar as situações, onde metodologia, diagnóstico e a solução dos problemas são predeterminados, incapacitando o usuário de refletir sobre sua situação e resolução de seus problemas.

O apego a essas características burocráticas, que aparece em todos os textos analisados, aprisiona as ações do assistente social numa malha administrativa, carregando suas atividades de noções como eficiência e eficácia. As soluções das situações apresentadas pelos usuários são assim respondidas da maneira mais rápida possível, dadas de maneira incompleta e insuficiente. A ação estagna na predeterminação e não vai além, deixando de lado uma análise completa em favor de uma visão rápida e pontual.

Foi possível verificar a recorrência na literatura analisada da sobreposição do saber do assistente social ao do usuário, relacionando-se de maneira vertical com o mesmo, impondo decisões e comportamentos, o que mais uma vez foi denotado como maneira de retirando usuário sua autonomia e capacidade reflexiva. Impõem-se comportamentos que estejam de acordo com as normas, com o almejado para atingir a “normalidade” dentro daquela conjuntura, forma-se indivíduos produtivos que através dos benefícios suprem suas necessidades básicas para voltar no dia seguinte ao mercado e girar a roda dos lucros.

A fim de tornar essas normas mais sutis durante o processo é que na atuação profissional foi evidenciado que há a supervalorização das relações interpessoais tanto para seleção dos usuários que receberão os benefícios, como para individualização das situações-problema em casos particulares. As relações clientelistas e paternalistas podem frequentemente ser aplicadas durante a seleção e triagem dos usuários e a ênfase nas relações interpessoais proporciona a culpabilização dos indivíduos pelos seus problemas, cada caso é um caso e cada problema reflete a imprudência ou descaso dos usuários com a administração de suas próprias vidas.

É suprimida da atividade profissional uma análise sócio-política da situação, onde os usuários devem ser vistos muito além de culpados ou não, mas sim como

sujeitos de direitos numa conjuntura capitalista que cotidianamente privilegia lucro em detrimento da população, que resigna os sujeitos na exterioridade normalizada do bom cidadão obediente. A falta dessa análise política pode ser decorrente do não direcionamento da atuação profissional, como denotado por Faleiros (2011) a profissão pode fortalecer ou desmobilizar a população. Sem um objetivo e direcionamento político forte do profissional seus objetivos podem se misturar com os da instituição, que por sua vez almeja resultados mais lucrativos para si, sendo assim nessa logica o usuário passa a ser o ultimo na lista de prioridades.

A profissão, como explicitado ao longo do trabalho foi investida desde o seu surgimento, de tarefas de controle social e contenção das insatisfações populares, inculcando um comportamento adequado, o comportamento “normal”, disciplinando através de sutis mecanismos – dentro de grandes estratégias – a população desprivilegiada e descontente, contribuindo para forjar indivíduos prontos para o trabalho, dóceis e ausentes de iniciativa, inertes.

A profissão sempre esteve situada nessa arena de interesses opostos. Decidir pelo favorecimento de um desses interesses é o primeiro passo para uma estratégia profissional. É extremamente necessário para a formação de uma estratégia profissional comprometida – caso a opção seja as classes populares - o conhecimento aprofundado dessa herança do serviço social. Reconhecendo e identificando as esferas assistencialistas e controladoras da profissão, é possível contribuir para qualificá-la. Faz parte dessa estratégia profissional o comprometimento com o usuário, pertencente a parcela da população desfavorecida pelo sistema capitalista e com suas formas de resistências ao processo de controle e dominação. É incentivar a autonomia do individuo, a participação no processo de tomada de decisões, bem como no controle dos recursos, é disponibilizar dados para utilização e conhecimento de sua própria condição de existência na sociedade. Cabe a esse profissional aproveitar a influência e autonomia que tenha no espaço sócio ocupacional juntamente com o profundo conhecimento deste espaço e da conjuntura histórica, politica e social, para beneficiar os usuários, galgando os limites institucionais da prática profissional. Todas essas são formas de resistência profissional à sua inserção na reprodução de relações de dominação e controle.

O referencial teórico permitiu observar melhor as relações de poder na profissão, possibilitando a análise dos mecanismos sutis de dominação repassados na ação profissional, e enfatizando a necessidade de fortalecimento das resistências seja da profissão ou da população usuária. Diferentemente de uma relação de dominação pura,

existem as normas, imposições e direções dadas por aqueles que querem manter o *status quo*, mas a partir daí, coexiste também a margem independente daqueles que recebem as ordens, mesmo com os inúmeros mecanismos sutis e investimentos cotidianos. O poder está por toda parte, ou seja, a possibilidade de resistir é não somente necessária, mas executável. A repetição no padrão dos mecanismos de dominação evidenciados na pesquisa nos textos de análise explicita pontos a serem enfaticamente trabalhados na profissão, visto que são recorrentes na prática profissional. Sua existência ou negação continua a minar todos os dias as possibilidades de resistência, autonomia e desenvolvimento dos usuários.

É imprescindível resistir àquela imagem tão difundida do assistente social como um fiscalizador da vida, como o vigilante que no primeiro erro não perderá a oportunidade de punir, resistir também à imagem do assistente social enviado por deus, caridoso, que permite prevalecer uma relação pessoal à profissional, resistir cotidianamente ao processo controlador de dominação social. Apesar de a pesquisa se concentrar na década de 80, os textos analisados são referências até hoje para a profissão, e as constatações obtidas com essa pesquisa no que diz respeito aos mecanismos de dominação e de resistência profissional, não estacionaram na década de referência, a construção de uma prática qualificada e comprometida com as classes populares seja na década de 80 ou atualmente no fim do ano de 2012, requer um sólido conhecimento de seus mecanismos de atuação, seu histórico e de suas possibilidades de ação.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Michel Foucault e a teoria do poder. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2):105-110, outubro de 1995. p.109
- AMMANN, Safira B. Ideologia do desenvolvimento de Comunidade no Brasil. Tese de Livre docência, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1979.
- ANTUNES, Ricardo. De Vargas a Lula: Caminhos e Descaminhos da Legislação Trabalhista no Brasil. Revista Pegada. v.7 , n.2 , p. 85, nov.2006. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA72/Pegada7n2_20065Ricardo%20Antunes.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2012
- BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética e Serviço Social: Fundamentos ontológicos. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BETTIOL, Lília Maria, Saúde e participação popular em questão: o Programa Saúde da Família. São Paulo: Editora UNESP, 2006
- BOULOS, Júnior Alfredo. História - Sociedade e Cidadania, 9º Ano. São Paulo:FTD, 2009.)
- BRASIL. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, de 29 de setembro de 1947
- _____. Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 30 de janeiro de 1975.
- _____. Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 13 de março de 1993.
- CASTELO BRANCO, Guilherme. As resistências ao poder em Michel Foucault. Trans/Form/Ação, São Paulo, v.24.p.237-248, 2001.
- CASTRO, Edgard. Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores; Trad.de Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- DOCUMENTO DE ARAXÁ.1967 In: CBCISS. Teorização do Serviço Social. Rio de Janeiro: Agir, 1986.p.11-44.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930. São Paulo: Atual, 1991.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Saber profissional e poder institucional,10. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FAUSTO, Boris (Org.). História Geral da Civilização Brasileira: III. O Brasil Republicano v.2. Sociedade e Instituições (1889-1930).São Paulo:Difel, 1985

_____. História do Brasil. São Paulo: Edusp.1995

_____. Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920). São Paulo: Difel, 1976.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 29.ed. Organ. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2011a.

_____. Dits et Écrits. , v. II. Paris: Gallimard, 2001

_____. Vigiar e Punir: Historia da violência nas prisões. 39.ed.Vozes: Petropolis, 2011b.

_____. História da Sexualidade 1: Vontade de Saber. 21.ed. Rio de Janeiro: Graal.2011c..

_____. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France(1975 – 1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. Poderes e Estratégias. Manuel Barros da Motta (Org.). Estratégia, Poder-Saber. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.p.241-252

_____. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política de identidade. Revista Verve- PUC-SP, São Paulo. n.5. p.260-277. 2004

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda V. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG,1999.

LESSA, Sergio. A situação do Marxismo no Brasil. 1996. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/marxismo_brasil_1996.pdf>. Acesso em: 15 out. 2012

MOREAU, Maurice. O enfoque estrutural em serviço social: o resultado de um itinerário crítico. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n.23. p. 45-67. abr. 1987.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do serviço social no Brasil pós 64. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009

_____. Introdução ao Método da Teoria Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

OLIVEIRA, Ana Paula B. Indiano; BATISTA, Márcia do Carmo; RODRIGUES, João Antônio. A Pesquisa Qualitativa em Questão. Serviço Social e Realidade. n.2, Franca. 2002. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/ssrealidade/SSR_11N2.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2012.

RAGO, Luzia Margareth. Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinas: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, J. S. Apropriações da tradição marxista no Serviço Social. In Cadernos Especiais n. 42, edição: 22 de janeiro a 19 de fevereiro de 2007. Disponível em: <www.assistentesocial.com.br> Acesso em: 13 dez. 2011.

SCANLON, David. Raízes históricas do desenvolvimento da educação comunitária. In: Henry, Nelson B. (coord.) Educação Comunitária. Rio de Janeiro, USAID, 1965.

SCHMIDT, Mario Furley. Nova História Crítica. São Paulo: Nova Geração. 2007.

VIEIRA, Balbina Ottoni. História do serviço social : contribuição para a construção de sua teoria. 2.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1978.

SAMPAIO, Simone Sampaio. Resistências. In: Rago, M.; Martins, A. L. (Orgs.). Revista Aulas. Dossiê Foucault. Campinas, n.3, dezembro 2006/ março 2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/27.pdf>>. Acesso em: 25 jan 2012

WEISSHAUPT, Jean Robert.(Org.) As funções sócio-institucionais do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1985.

ANEXOS

Anexo1.

Ficha de Análise				
	"Título do material analisado"			
Temas do Texto				
Ideário de Poder	Eixo 1. Dominação			
	Eixo 2. Resistência			